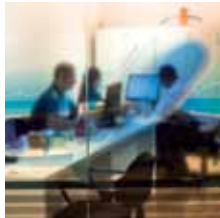
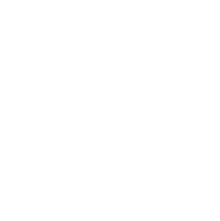


VOLKSWAGEN SERVIÇOS FINANCEIROS

BRASIL

RELATÓRIO ANUAL 2011



Banco Volkswagen





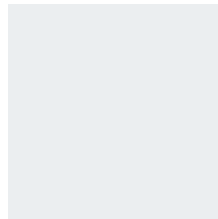
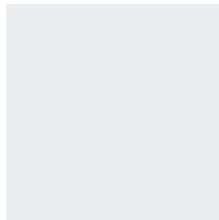
ÍNDICE

6
MENSAGEM
DO PRESIDENTE

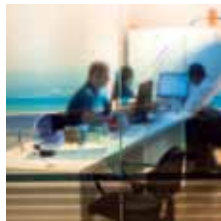
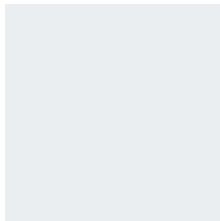


10
PRINCIPAIS
INDICADORES

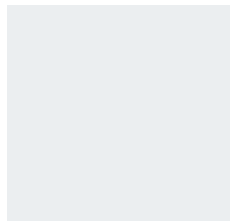
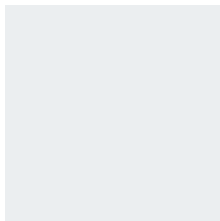
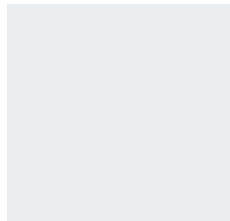
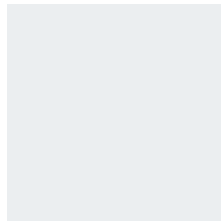
12
PERFIL
CORPORATIVO



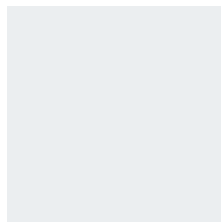
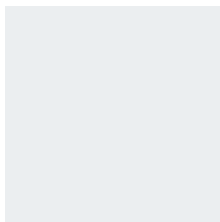
26
DESEMPENHO
EM 2011



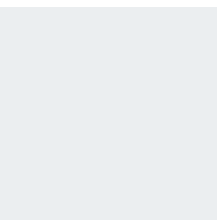
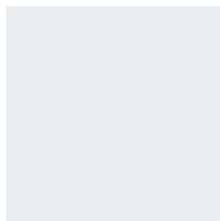
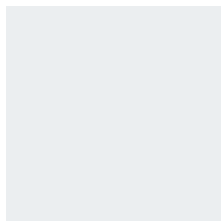
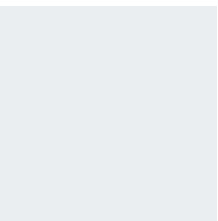
56
RECURSOS
HUMANOS



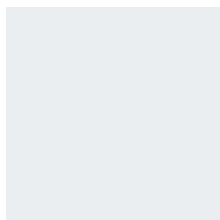
32
MERCADO



62
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS



38
UMA NOVA FORMA
DE TRABALHAR



MENSAGEM DO PRESIDENTE

EM 2011, DESENVOLVEMOS PROJETOS QUE PREPARAM A EMPRESA

PARA O CRESCIMENTO FUTURO E A LIDERANÇA DE MERCADO.

Ao analisar o desempenho da Volkswagen Serviços Financeiros nos últimos anos, orgulho-me de constatar que a empresa viveu momentos de franca ascensão, obtendo um crescimento de tal forma expressivo que nos possibilitou ampliar o portfólio em seis vezes na última década, passando de R\$ 3 bilhões no início dos anos 2000 para R\$ 18 bilhões em 2010. E 2011 foi ainda mais gratificante, pois obtivemos o melhor resultado de nossa história.

Atingimos nossos três principais indicadores, que são estabelecidos pela Matriz na Alemanha: *Penetration* (participação nas vendas totais de veículos Volkswagen novos), *Cost Income Ratio* (relação custos-rendimentos) e *Return on Equity* (retorno sobre o patrimônio). Financiamos mais de 243 mil veículos e movimentamos quase R\$ 10 bilhões em novos negócios.

Além disso, o ano foi marcado por alguns recordes de desempenho. Pela primeira vez, nosso portfólio de clientes ultrapassou 1 milhão de contratos em carteira, chegando a R\$ 20,8 bilhões. O Consórcio Nacional Volkswagen teve um desempenho extraordinário no período em que completou 35 anos de atuação, obtendo um índice de comercialização de cotas 62% acima do planejado. Tivemos, também, uma cifra nunca antes registrada na venda de apólices de seguro de proteção financeira.

Para chegar a esse crescimento, contamos com recursos preciosos, como o Mapa Estratégico, a estratégia global WIR 2018 e o Plano de Crescimento, que nos conduzem à direção correta e nos indicam o que temos de fazer para chegar aonde queremos. Além disso, dois fatores são essenciais para cumprirmos nosso

“Desenhamos mudanças estruturais e novos produtos e serviços que nos permitirão caminhar com mais segurança rumo às nossas ousadas metas.”



Diretoria da Volkswagen Serviços Financeiros:
(da esquerda para a direita)
Renata A. Giannini, Gerente Executiva de Marketing e Desenvolvimento de Negócios;
Rodrigo Otávio Rocha Capuruço, Gerente Executivo de Finanças e Administração;
Paulo Pinho, Gerente Executivo de Operações de Campo;
Décio Carbonari de Almeida, Managing Director – CEO;
Luiz Amato, Managing Director – COO;
Rafael Teixeira, Managing Director – CFO

“Dois fatores são essenciais para cumprirmos nosso planejamento: o relacionamento com outras empresas do Grupo Volkswagen e a valiosa contribuição de nossos funcionários.”

planejamento atual e futuro: o relacionamento com os Concessionários e as outras empresas do Grupo Volkswagen - como a Matriz Financial Services AG, as montadoras Volkswagen do Brasil, Audi Brasil e MAN Latin America - e a valiosa contribuição de nossos funcionários.

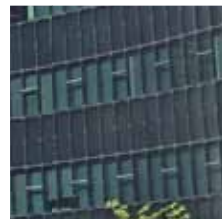
A Matriz na Alemanha nos orienta e inspira. Indica para onde vamos e o que devemos fazer e é nela que buscamos as melhores práticas para nos mantermos sempre na liderança do mercado brasileiro. E, com as montadoras, trabalhamos de forma conjunta e constante para propor ações que aumentem a lealdade e a satisfação dos clientes com relação à nossa marca.

Por trás de nossa atuação estão as pessoas, um dos pilares de sustentação dos nossos projetos. Temos uma equipe preparada, engajada e motivada, o que ficou evidenciado pelo fato de termos entrado em 2011 para o seleto grupo das melhores empresas para trabalhar no Brasil, segundo a pesquisa realizada

pelo Instituto Great Place to Work em parceria com a revista *Época*. Essa conquista é ainda mais significativa tendo em vista que esse foi o primeiro ano de nossa participação na pesquisa.

Isso tudo mostra que estamos no caminho certo. O Banco Volkswagen é o 17º maior banco do Brasil, e o maior entre os bancos de montadora. O Brasil é a terceira maior operação de Serviços Financeiros da Volkswagen no mundo.

Mas ainda precisamos continuar evoluindo. Temos um mercado em evidência, com grande potencial aos olhos da Matriz, e o principal ponto de atenção em 2012 é ter a certeza de que trabalharemos para explorar todas as



oportunidades de negócios. Para isso, estamos nos aproximando da Alemanha de forma muito mais intensa e estudando boas práticas de outros países para incorporarmos o que há de melhor e adaptarmos à nossa realidade.

Esses resultados nos dão fôlego para sermos ainda mais audaciosos e planejarmos chegar a 2016 com o dobro do tamanho que temos hoje. Na verdade, já começamos a nos preparar para esse avanço, desenhando mudanças estruturais e novos produtos e serviços que nos permitirão caminhar com mais segurança rumo às nossas ousadas metas. Especialmente em 2011 empreendemos iniciativas que, em longo prazo, trarão mais robustez e força para a organização.

Um dos principais projetos iniciados no ano, com conclusão em 2016, é o *Business Transformation*, um programa de transformação que tem a função de preparar os alicerces da Volkswagen Serviços Financeiros para sustentar seu crescimento no futuro. Estamos realizando

do também um importante redesenho de nosso modelo de gestão de riscos, que nos permitirá atender às normas da legislação local e do Banco Central da Alemanha. Outra novidade é o desenvolvimento do produto *Asset Backed Securitization (ABS)*, ou Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios (FIDC), que tem potencial de captação de R\$ 1 bilhão, com prazo de vencimento em cinco anos, por meio da venda de carteiras de financiamentos de clientes.

Isso foi apenas uma parte do que fizemos em 2011. Realizamos inúmeras outras atividades, que nos garantiram o cumprimento de nossas metas e a manutenção dos planos de crescimento. Mesmo com todas essas conquistas, uma coisa é certa: temos ainda muitos desafios pela frente e um importante trabalho a fazer para conduzir a Volkswagen Serviços Financeiros em direção ao futuro.

Décio Carbonari de Almeida
CEO (*chief executive officer*) da
Volkswagen Serviços Financeiros

“Em 2011, entramos para o seletor grupo das melhores empresas para trabalhar no Brasil, segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Great Place to Work.”



PRINCIPAIS INDICADORES

Resultados – R\$ mil	2007	2008	2009	2010	2011
Receitas de intermediação financeira	1.225.055	2.111.111	2.767.883	3.007.749	3.394.384
Resultado bruto da intermediação financeira	518.602	497.933	263.380	715.882	774.494
Resultado operacional	138.006	244.114	99.642	387.727	332.296
Lucro líquido	108.717	241.168	63.591	274.550	191.019
Balanco patrimonial					
Ativos totais	7.070.262	12.491.808	16.648.164	20.705.056	23.743.532
Patrimônio líquido	746.009	1.161.305	1.583.096	1.857.676	1.987.202
Rentabilidade e produtividade					
Rentabilidade sobre o patrimônio líquido	14,6%	20,8%	4%	14,8%	9,6%
Rentabilidade sobre ativo total	1,5%	1,9%	0,4%	1,3%	0,8%
Margem financeira líquida ajustada (R\$ mil)*	635.730	683.406	724.992	980.795	1.175.321
Provisões de crédito (% sobre a Carteira de Crédito e Arrendamento Mercantil)	4,4%	3,6%	4,7%	3,8%	3,9%
Índice de qualidade da Carteira de Crédito (AA-C)	93%	93%	94%	95%	94%

* Excluída provisão de crédito

PERFIL CORPORATIVO





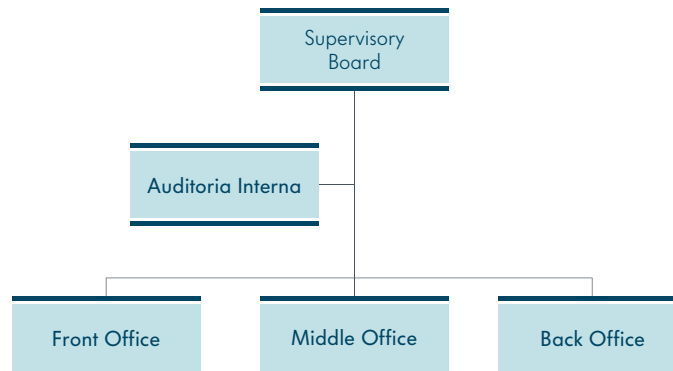
SOBRE A VOLKSWAGEN SERVIÇOS FINANCEIROS

A VOLKSWAGEN SERVIÇOS FINANCEIROS ATUA NA COMERCIALIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DAS MARCAS VOLKSWAGEN E AUDI E DOS CAMINHÕES E ÔNIBUS DA MAN LATIN AMERICA NO BRASIL.

Filial da Volkswagen Financial Services AG, responsável pelas operações financeiras do Grupo Volkswagen em todo o mundo, a Volkswagen Serviços Financeiros é constituída pelo Banco Volkswagen, pelo Consórcio Nacional Volkswagen e pela Volkswagen Corretora de Seguros.

Em uma estreita parceria com o consumidor, a Volkswagen Serviços Financeiros dispõe de uma gama de alternativas para facilitar o acesso a veículos novos e seminovos e oferece um atendimento condizente com a alta qualidade da marca Volkswagen.

ESTRUTURA CORPORATIVA



1956

Ano de **fundação**
da **Volkswagen**
Serviços
Financeiros

MISSÃO

Oferecer ao mercado Serviços Financeiros competitivos e rentáveis, fortalecendo os negócios do Grupo Volkswagen e satisfazendo as expectativas de clientes, concessionárias, colaboradores e acionistas.

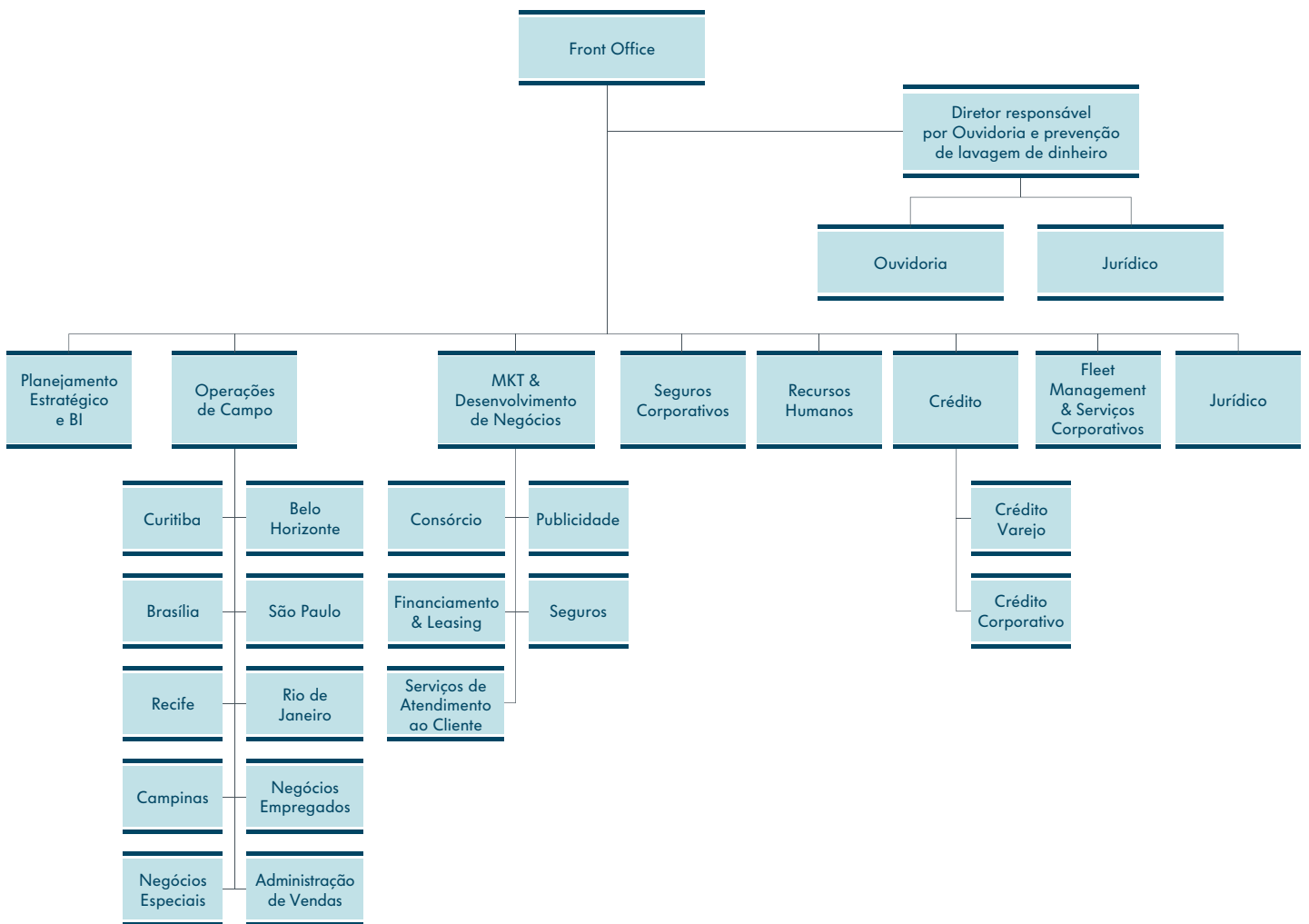
VISÃO

Ser a primeira opção em Serviços Financeiros para as concessionárias do Grupo Volkswagen.

VALORES

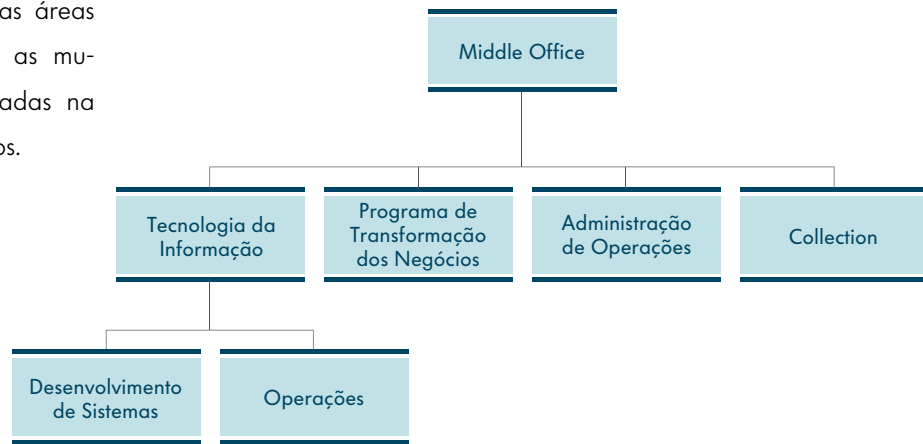
Compromisso com o cliente; Responsabilidade; Confiança; Coragem e Entusiasmo.

ESTRUTURA DA DIRETORIA DE FRONT OFFICE

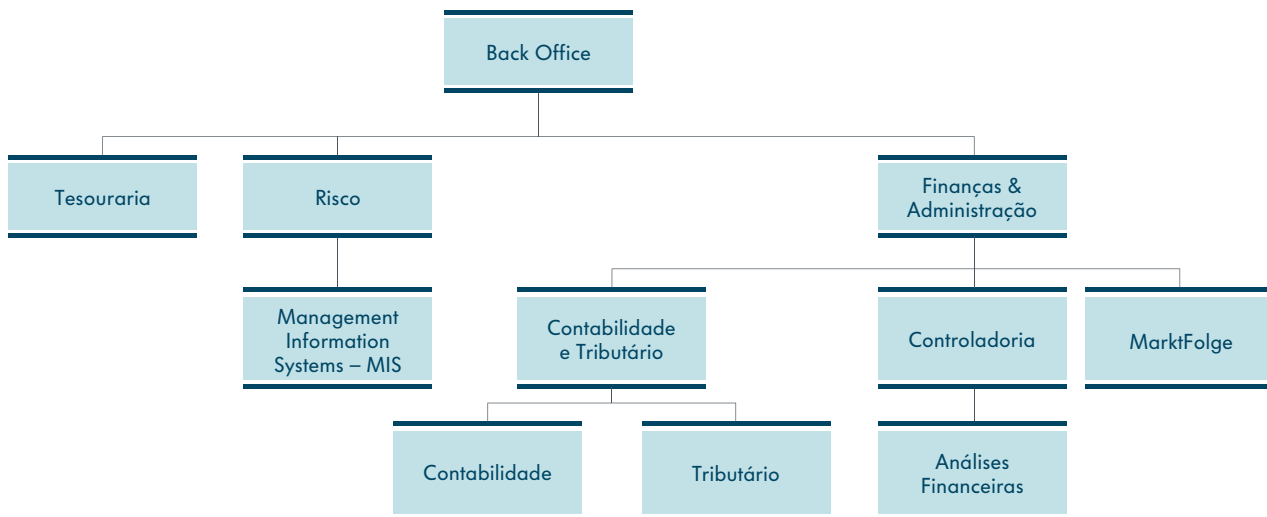


ESTRUTURA DA DIRETORIA DE MIDDLE OFFICE

Criada em 2011, centraliza as áreas que constituem a base para as mudanças que serão implementadas na Volkswagen Serviços Financeiros.



ESTRUTURA DA DIRETORIA DE BACK OFFICE



Banco Volkswagen em 2011

830
mil clientes

29,2%

de participação nas **vendas totais**
de **veículos novos** do
Grupo Volkswagen no Brasil

BANCO VOLKSWAGEN

Presente no mercado brasileiro há 55 anos, o Banco Volkswagen possui 7 filiais e postos de atendimento no país, prestando serviços a aproximadamente 700 concessionários da marca Volkswagen. O sólido desempenho e a diversificada carteira de produtos proporcionaram à instituição um justo reconhecimento: atualmente ela é o 17º maior banco do país, segundo o Banco Central do Brasil. Além disso, o Banco Volkswagen é considerado o maior banco de montadora brasileiro e ocupa a 14ª posição entre as instituições financeiras privadas no país.



INCENTIVO À CULTURA, AO ESPORTE E AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Em 2011, o Banco Volkswagen patrocinou espetáculos e livros de diferentes temas:

- balé *O Quebra-Nozes*, da Cisne Negro Cia de Dança;
- peça de teatro *Conversando com Mamãe*, estrelada por Herson Capri e Beatriz Segall;
- livro *Vale do São Francisco – O Caminho do Sertão*, que mostra as paisagens em que pessoas, com seus distintos modos de vida, interagem com o Rio São Francisco;
- livro *Culinária e Gastronomia – Reflexões*, que revela como a gastronomia se mistura à cultura e a diversos campos de conhecimento.

Em 2012, a instituição apoia o espetáculo musical *Hair*, um sucesso internacional da Broadway há mais de 40 anos.

Na área social, o Banco Volkswagen tornou-se um dos mantenedores do Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (Graacc). Por meio da lei de incentivo do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fumcad), o aporte foi revertido ao Projeto de Ampliação, que visa à criação de um novo centro de tratamento e pesquisa do câncer infantojuvenil.

Na área socioesportiva, a empresa patrocinou o Basquete sobre Rodas, que promove núcleos de iniciação paradesportivos, e o Parakart, um campeonato de kart para cadeirantes.





PRODUTOS DE FINANCIAMENTO DO BANCO VOLKSWAGEN

Consumidor final (varejo)		
Produto	Perfil do cliente	Vantagens e modalidades
<p>CDC (Crédito Direto ao Consumidor) Planos de financiamento para compra de veículos novos ou usados</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Pessoas físicas – Pessoas jurídicas 	<ul style="list-style-type: none"> – Taxas de juros competitivas – Agilidade na aprovação – Prazo máximo de 60 meses <p>Financiamento sob Medida</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prestações a partir de R\$ 99,00 • Flexibilidade para ajustar o valor das parcelas de acordo com as despesas (IPTU, IPVA etc.) e receitas extras (férias, 13º salário etc.) • Permite incluir acessórios e seguro no plano <p>Financiamento Plu\$</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pagamento a partir de 30% na entrada e até 30% na última prestação • Demais prestações menores que as de um financiamento normal • Possibilidade de adquirir outro Volkswagen ao final do contrato • Possibilidade de escolher a data das prestações • Permite incluir acessórios e seguro no plano <p>Financiamento Total</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inclusão de despesas extras no financiamento: seguros (Autos e Proteção Financeira), despachante, acessórios e primeiras revisões
<p>Leasing Opção alternativa ao financiamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Pessoas jurídicas – Pessoas físicas 	<ul style="list-style-type: none"> – Valor mais atrativo das parcelas – Prazo máximo de 60 meses – Parcelas livres de IOF – Possibilidade de inclusão do valor do seguro e de acessórios
<p>BNDES Finame Ferramenta de comercialização de caminhões e ônibus com financiamento em longo prazo</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Pessoas físicas (transportador de cargas autônomo) – Pessoas jurídicas 	<ul style="list-style-type: none"> – Uma das menores taxas de juros do mercado – Atendimento personalizado, resultado da expertise e da proximidade do Banco Volkswagen com a Rede de Concessionárias – Prazo máximo de 60 meses – Financiamento de até 100% do valor do bem, com taxas atrativas – Opção de carência para o início da amortização – Carência de até seis meses – Ideal para empresas de todos os portes e segmentos – Parcelas livres de IOF
<p>Financiamento para peças e serviços</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Pessoas físicas – Pessoas jurídicas 	<ul style="list-style-type: none"> – Possibilidade de incluir acessórios, peças e serviços no contrato de financiamento – Facilidade para compor o veículo conforme desejado e mantê-lo com manutenção e revisões em dia

Concessionárias (atacado)	
Produto	Vantagens e modalidades
<p>Crédito Rotativo/Floorplan Financiamento para formação dos estoques das concessionárias – veículos ou peças – ou para pagamento de impostos</p>	<p>– Importante ferramenta de relacionamento entre o Banco Volkswagen e a Rede de Concessionárias, viabilizando as vendas do Grupo Volkswagen e a oferta das concessionárias</p>
<p>Crédito direcionado Crédito concedido para finalidades específicas das concessionárias</p>	<p>Retail</p> <ul style="list-style-type: none"> • Financiamento da frota própria, veículos de test drive e outras aquisições <p>Adiantamento às Concessionárias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recursos pagos com as próprias operações de financiamento <p>Capital de giro Crédito antecipado a fornecedores</p>
<p>Capital de giro Capital de giro para concessionários</p>	<p>– Produto direcionado à Rede de Concessionárias Volkswagen, sendo uma disponibilização do montante aprovado para suas necessidades de giro</p> <p>– Flexibilidade de condições e prazos para pagamento</p>
<p>Antecipação de Recebíveis a Fornecedores</p>	<p>– Produto exclusivo aos fornecedores MAN</p> <p>– Permite antecipar o valor a receber da montadora e, desta forma, suprir sua necessidade de crédito</p> <p>– Financiamento sem burocracia</p> <p>– Taxas de juros competitivas</p>

PRODUTOS FINANCEIROS DO BANCO VOLKSWAGEN

Consumidor final (varejo)	
Produto	Vantagens e modalidades
<p>Crédito pessoal</p>	<p>– Produto direcionado exclusivamente a funcionários e ex-funcionários do Grupo Volkswagen</p> <p>– Oferece uma das melhores taxas do mercado</p> <p>– Diversas opções para pagamento</p> <p>– Crédito efetuado na conta-salário</p> <p>– Desconto em folha de pagamento</p> <p>– Primeira parcela debitada no segundo salário após o início do contrato</p>
<p>CDB (Certificado de Depósito Bancário)</p>	<p>– Opção de investimento ao varejo</p> <p>– Títulos de renda fixa pré e fixados</p> <p>– Solidez, confiança e experiência de uma marca consolidada em 21 países</p>

Consórcio Nacional Volkswagen

160
mil clientes
ativos em carteira

45%
de **crescimento**
em vendas ante 2010

CONSÓRCIO NACIONAL VOLKSWAGEN

Em 2011, o Consórcio Nacional Volkswagen completou 35 anos de atuação no Brasil, obtendo um desempenho extraordinário, 62% acima do planejado. Considerado uma das maiores administradoras de consórcios do país, é líder de mercado em clientes ativos entre as administradoras ligadas a montadoras.

PRODUTOS DO CONSÓRCIO NACIONAL VOLKSWAGEN

Produto	Vantagens e modalidades
Planos Normal e Gold Volkswagen	<ul style="list-style-type: none"> - Direcionado a clientes tradicionais e mais conservadores - Crédito de 100% do bem - Até 60 meses para pagar - Contemplação de dois automóveis por assembleia mensal (um por sorteio e outro por lance) - 120 participantes por grupo
Consórcio Leve Volkswagen	<ul style="list-style-type: none"> - Direcionado a clientes que preferem pagar menos até a contemplação - Parcelas 25% menores até a contemplação - Até 60 meses para pagar - Pagamento da diferença feito após a contemplação - Possibilidade de dividir o valor entre as prestações restantes ou de receber o crédito de 75% do valor do veículo - Contemplação de três automóveis por assembleia mensal (um por sorteio e dois por lance)
Consórcio Mais Leve Volkswagen	<ul style="list-style-type: none"> - Direcionado a clientes da classe C - Parcelas 33,3% menores até a contemplação - Até 72 meses para pagar - Após a contemplação, pode-se optar por retirar o crédito de 66,7% ou o crédito total, diluindo a diferença nas parcelas restantes - Contemplação de quatro automóveis por assembleia mensal (um por sorteio e três por lance)

Volkswagen Financial Services AG

7.400 funcionários
em mais de 30 países

76 bilhões de euros em
ativos totais em 2011

SEGUROS VOLKSWAGEN

Desde 2001, os Seguros Volkswagen completam a gama de produtos da Volkswagen Serviços Financeiros com o objetivo de oferecer mais benefícios aos clientes, atendendo a todas as suas necessidades no momento da aquisição de um veículo.

PRODUTOS DA VOLKSWAGEN CORRETORA DE SEGUROS

Consumidor final (varejo)		
Produto	Perfil do cliente	Vantagens e modalidades
Seguros Asseguram mais tranquilidade no uso do veículo e garantem cobertura do financiamento	– Pessoas físicas – Pessoas jurídicas	Proteção do veículo <ul style="list-style-type: none"> • Pacotes de produtos adequados ao perfil do cliente • Seguro de até três anos • Opção de incluir o preço nas parcelas do financiamento ou <i>leasing</i> Proteção financeira <ul style="list-style-type: none"> • Garante o pagamento das prestações do financiamento/<i>leasing</i> ou a quitação do saldo devedor do contrato, caso ocorra algum imprevisto que impeça o pagamento • Até quatro parcelas garantidas no financiamento de automóveis

VOLKSWAGEN FINANCIAL SERVICES AG

A Volkswagen Financial Services AG é uma subsidiária do Grupo Volkswagen e tem sede em Braunschweig, na Alemanha. A empresa é responsável por coordenar as atividades de Serviços Financeiros da Volkswagen em todo o mundo, atuando na Europa, na Ásia, na América do Norte e na América do Sul. Com uma ampla oferta de produtos e serviços, a organização contribui significativamente para a promoção e a segurança das vendas do Grupo Volkswagen.

Volkswagen do Brasil

3ª maior operação do
Grupo Volkswagen no mundo

Responde por **15%** das
vendas globais da marca

24 mil funcionários

Mais de **600** concessionários

765.634 veículos
comercializados no **Brasil** em 2011



GRUPO VOLKSWAGEN

Fundado em 1904, o Grupo Volkswagen é uma das maiores montadoras de veículos do mundo, com sede em Wolfsburg, na Alemanha. É constituído de dez marcas, provenientes de sete países europeus: Volkswagen, Audi, SEAT, ŠKODA, Bentley, Bugatti, Lamborghini, Volkswagen Commercial Vehicles, Scania e MAN. A produção engloba carros populares, veículos de luxo, ônibus e caminhões.

VOLKSWAGEN DO BRASIL

A Volkswagen do Brasil atua no país desde 1953, consolidando sua posição de maior fabricante do setor automotivo brasileiro. Ao longo de quase 60 anos, foram quase 20 milhões de veículos produzidos e 2,8 milhões de unidades exportadas para mais de 60 países. A empresa foi a primeira do setor no Brasil a lançar, em 2003, a tecnologia Total Flex e uma das pioneiras no desenvolvimento de veículos com índices reduzidos de consumo de combustível e emissões.

GRUPO VOLKSWAGEN

- **8 milhões** de automóveis comercializados em **2011**
- **12,3%** do mercado de carros de passeio do mundo
- **502 mil** funcionários no mundo, em **94** fábricas de **18** países europeus e **8** países nas Américas, na Ásia e na África
- **159 bilhões** de euros de receita de vendas em **2011**
- **15,8 bilhões** de euros de lucro após a tributação no ano financeiro de **2011**

PRINCIPAIS PREMIAÇÕES NO BRASIL

A Volkswagen teve sua excelência reconhecida pela imprensa e por órgãos do setor automobilístico e recebeu, entre outras, as seguintes premiações:

- **“Empresa de maior prestígio do setor”**, segundo o ranking da revista *Época NEGÓCIOS 100*, com base em uma pesquisa realizada com 15 mil pessoas de todas as regiões do país.
- **“Empresa mais admirada da indústria automobilística nacional”**, na 14ª edição do prêmio Empresas Mais Admiradas do Brasil, da revista *Carta Capital*.
- **“A marca mais desejada”** pelo segundo ano consecutivo, pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), que representa concessionários de todo o país.
- **“Carro verde do ano 2011”** da revista *Autoesporte* para o modelo Gol Ecomotion.
- **“Carro verde do ano 2012”** da revista *Autoesporte* para o modelo Polo Bluemotion.

INVESTIMENTOS EM 2011

A Volkswagen considera o Brasil um dos principais mercados mundiais com potencial de crescimento. Com o objetivo de manter o ritmo de expansão dos negócios no país, a empresa iniciou um novo ciclo de investimentos, que totalizará R\$ 8,7 bilhões até 2016. Os recursos serão destinados ao desenvolvimento de novos produtos e à ampliação da capacidade produtiva.



MAN LATIN AMERICA

A MAN Latin America é o resultado da aquisição da Volkswagen Caminhões e Ônibus pelo Grupo MAN. A montadora está localizada no Polo Industrial de Resende (RJ), de onde saem os caminhões e ônibus Volkswagen, além dos cavalos mecânicos MAN. Sua capacidade de produção lhe confere a reputação de maior fabricante de caminhões e segunda maior de ônibus da América do Sul.

DESTAQUES DO ANO

- Mais de **40 modelos** de veículos montados na fábrica de Resende (RJ) e comercializados em mais de **30 países** da América Latina, da África e do Oriente Médio
- **82 mil** veículos por ano é a capacidade de produção
- **30%** de participação: líder no mercado de caminhões no Brasil há oito anos
- Vice-líder de vendas no mercado de ônibus no Brasil com os produtos Volkswagen



Audi Brasil

67% de **crescimento**
nas **vendas** em 2011

5.461 **veículos vendidos**



AUDI BRASIL

A Audi iniciou a importação e a venda de veículos no Brasil em 1994, e consolidou mais fortemente sua presença no país em 2005, com a criação da Audi Brasil Distribuidora de Veículos, estabelecendo uma trajetória de sucesso no país. Em 2011, a Audi Brasil bateu seu recorde de vendas pelo ter-

ceiro ano consecutivo no país. Com o objetivo de manter esse desempenho e acompanhar o forte potencial do mercado brasileiro, a empresa prevê 20 lançamentos para 2012, além da criação de um Centro de Distribuição de Peças e Competência Tecnológica em Jundiaí, no Estado de São Paulo.



DESEMPENHO EM 2011





CUMPRIMENTO DAS METAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

OS OBJETIVOS ESTABELECIDOS PARA O ANO FORAM ALCANÇADOS,
NO MELHOR PERÍODO DA HISTÓRIA DA EMPRESA.

O crescimento da Volkswagen Serviços Financeiros nos últimos cinco anos deveu-se ao avanço na qualificação de seus profissionais, às melhorias implementadas em serviços e produtos, ao foco em produtividade e inovação e, sobretudo, ao vigor do desenvolvimento do setor automobilístico no Brasil. Em 2011, a empresa manteve sua solidez,

obtendo um excelente desempenho nos principais indicadores determinados pela Matriz. Em um trabalho conjunto com as montadoras Volkswagen do Brasil, MAN Latin America e Audi Brasil, a subsidiária brasileira atingiu os melhores resultados de sua história.

DESEMPENHO DOS PRINCIPAIS INDICADORES EM 2011

- **Penetration: 29,2%** de participação nas vendas totais de veículos novos do Grupo Volkswagen no Brasil, uma variação positiva de 1,7 ponto percentual em relação à meta de 27,5% e o melhor resultado registrado na trajetória do Banco Volkswagen. A participação no mercado de caminhões e ônibus foi de 46,1%, e no mercado de automóveis foi de 27,7%.
- **Cost Income Ratio (relação custos-rendimentos): 42,5%**, um índice 2,4 pontos percentuais melhor que o objetivo de 44,9%.
- **Return on Equity – ROE (retorno sobre o patrimônio): 22,5%** em IFRS, em comparação ao budget de 22%.

RESULTADOS EXPRESSIVOS

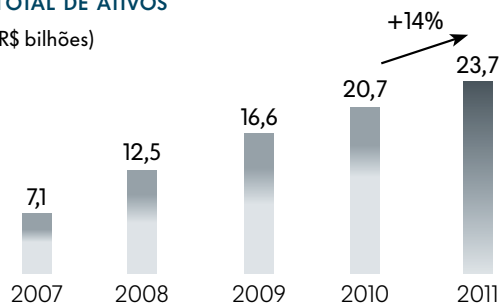
- **1 milhão** de contratos em carteira em 2011: pela primeira vez na história, o portfólio de clientes da Volkswagen Serviços Financeiros no Brasil ultrapassou essa marca, acumulando **R\$ 20,8 bilhões**, um índice 19% superior ao do ano anterior.
- **243.764** veículos financiados, 6,7% a mais que em 2010. Desse total, 88% correspondem a financiamentos de automóveis e veículos comerciais leves e 12% referem-se a caminhões e ônibus.
- **R\$ 9,9 bilhões** movimentados em novos negócios: valor 12,5% maior que o de 2010.

CREDIBILIDADE E CONFIANÇA DO MERCADO

Pelo terceiro ano consecutivo, a Volkswagen Serviços Financeiros obteve a nota AAA (*Triple A*) para operações em escala nacional, de acordo com o *rating* da Standard & Poor's, uma das principais agências de risco de crédito do mundo. Na análise, foram consideradas questões como a qualidade dos ativos e a gestão de riscos da empresa, a expertise em operações de financiamento de veículos e o suporte financeiro da Matriz, na Alemanha.

TOTAL DE ATIVOS

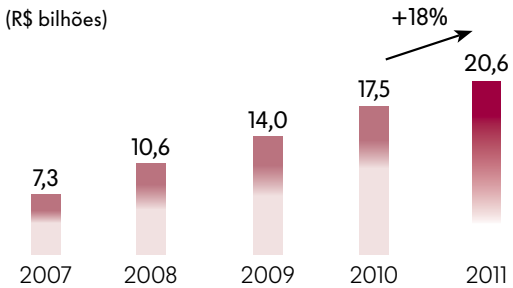
(R\$ bilhões)



OPERAÇÕES DE CRÉDITO E

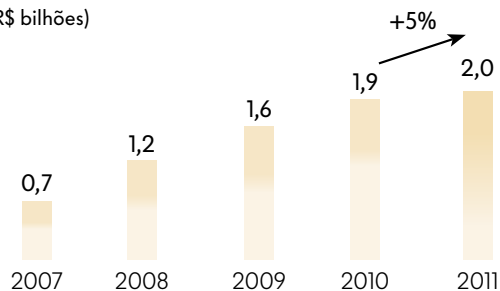
ARRENDAMENTO MERCANTIL

(R\$ bilhões)



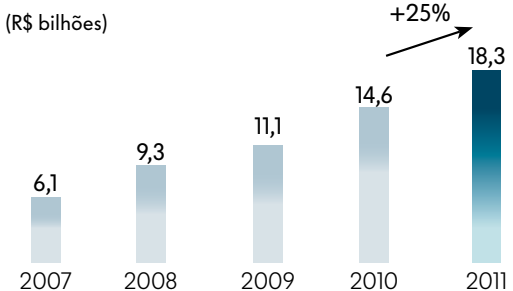
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(R\$ bilhões)



CAPTAÇÃO

(R\$ bilhões)



RECORDE EM CONSÓRCIO E SEGUROS

O Consórcio Nacional Volkswagen superou seu recorde histórico. Em 2011, a instituição comercializou 93.405 cotas, um volume 45% maior do que o obtido em 2010 e 62% superior à meta estabelecida para 2011.

Já a Volkswagen Corretora de Seguros vendeu 105.427 apólices no ano, sendo 63.634 de seguros de casco e 41.793 de proteção financeira. Esse último índice também é recorde na história da instituição. O desempenho representa um crescimento de 10% em relação a 2010.

CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Em 2011, a Volkswagen Serviços Financeiros passou a negociar seu Certificado de Depósito Bancário (CDB) com um perfil mais diversificado de investidores, ampliando seu foco de atuação. O CDB é uma forma de investimento oferecida pela empresa desde 2010 para concessionárias Volkswagen, frotistas e fornecedores do Grupo Volkswagen.

TESOURARIA

O ano de 2011 foi caracterizado como um período de melhoria de processos e controles na Tesouraria da Volkswagen Serviços Financeiros, com o objetivo de conferir mais robustez à empresa e, assim, prepará-la para a condução de novos projetos. Além disso, essa área foi a principal responsável pelas captações de recursos que a empresa realizou no ano. A Tesouraria do Brasil é uma das mais relevantes da estrutura de Serviços Financeiros da Volkswagen no mundo devido a iniciativas pioneiras, como:

- **Implementação do sistema de projeção de resultados de Tesouraria.** Com um investimento de mais de R\$ 1 milhão, esse projeto possibilitará realizar uma projeção do resultado da Tesouraria nos próximos anos, contribuindo para que o Grupo Volkswagen alcance a rentabilidade planejada.
- **Início da implantação do sistema de gestão SAP na Tesouraria.** O objetivo desse trabalho é disponibilizar todos os instrumentos financeiros da instituição nesse sistema, permitindo acompanhar o desempenho do Brasil diariamente.

LETRA FINANCEIRA

Um projeto que começou a ser desenvolvido em 2011 possibilitará à Volkswagen Serviços Financeiros ingressar no mercado de capitais em 2012. Trata-se do lançamento de letras financeiras em conjunto com a Matriz Volkswagen Financial Services AG, o que contribuirá para a diversificação de *funding* da subsidiária de Serviços Financeiros no Brasil.

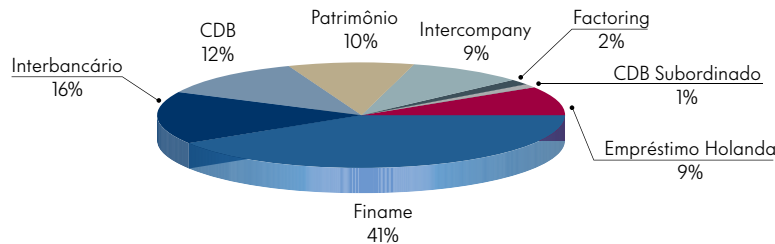


CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Em 2011, a Volkswagen Serviços Financeiros buscou a diversificação de suas fontes de captação (*funding*), com o objetivo de obter a proporção de um terço de captações advindo de securitização, um terço proveniente de mercado de capitais e um terço originário de depósitos, conforme estratégia global definida pela Volkswagen Financial Services AG. Com esse trabalho espera-se diminuir a participação da empresa em transações interbancárias, e assim reduzir ainda mais seus custos de *funding*.

DIVERSIFICAÇÃO DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS DA VOLKSWAGEN SERVIÇOS FINANCEIROS

(Fonte: Tesouraria da Volkswagen Serviços Financeiros, dezembro de 2011)



FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Uma das iniciativas mais importantes da área Financeira em 2011 foi o desenho do novo produto *Asset Backed Securitization* (ABS), ou Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC). Com uma perspectiva de captação de R\$ 1 bilhão, com prazo de vencimento em cinco anos, e início de operação em 2012, o FIDC foi desenvolvido no Brasil para responder à decisão estratégica da Matriz Financial Services AG de diversificar sua forma de captação de recursos.

O FIDC consiste na venda, para investidores, de uma carteira selecionada de contratos firmados com clientes em financiamentos de veículos novos, seminovos e usados. O Banco Volkswagen faz uma seleção aleatória, conforme alguns critérios de elegibilidade predefinidos – com o aval de segurança de uma agência de *rating* –, e vende esses créditos para investidores que têm interesse em aplicações a longo prazo. O investidor paga à vista um valor correspondente ao recebível total da carteira, subtraindo-se o deságio. Essa negociação é vantajosa para o Banco Volkswagen, que recebe o valor descontado de uma só vez e pode utilizá-lo em outras operações de financiamento. Já o comprador adquire a carteira por um valor menor do que irá receber na quitação das parcelas dos financiamentos e pode aumentar o montante final com os rendimentos da aplicação dos valores recebidos.

PLANOS PARA O FUTURO

A Volkswagen Serviços Financeiros tem a meta de, em 2016, dobrar sua carteira de recebíveis, passando de aproximadamente R\$ 24 bilhões de ativos para R\$ 45 bilhões. Para chegar a esse resultado, será preciso ter muita disciplina, coragem e, acima de tudo, a inquietude de inovar constantemente, seja em processos internos ou em produtos e serviços.

Uma das medidas para avançar em direção a esse objetivo é a revisão da metodologia de precificação da instituição. Estão sendo remodelados processos como método de cálculo e alocação de custos e de riscos por região, por concessionário e por grupo de clientes. Além disso, em 2012 será criada uma área dedicada à relação com investidores.

R\$ 767.985.000

foi o volume captado pela **Volkswagen Serviços Financeiros** em operações com a subsidiária holandesa da **Volkswagen Financial Services**.

MERCADO





DESEMPENHO E PERSPECTIVAS DO MERCADO EM QUE A VOLKSWAGEN SERVIÇOS FINANCEIROS ATUA

DESENVOLVIMENTO DO BRASIL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS PROPORCIONOU UM CRESCIMENTO EXPRESSIVO
PARA A VOLKSWAGEN SERVIÇOS FINANCEIROS.

A economia brasileira cresceu de forma promissora de 2006 a 2010. A distribuição de renda melhorou, o desemprego e a pobreza diminuíram, o mercado de consumo integrou 36 milhões de pessoas e a mobilidade social se concretizou. Esses fatores colocaram o país em evidência no cenário mundial. Para a Volkswagen Serviços Financeiros, esse desenvolvimento não poderia ter sido mais auspicioso, pois ajudou a empresa a dobrar de tamanho.

No entanto, esse acelerado crescimento econômico deflagrou um aumento inflacionário, que teve de ser combatido em 2011. Por isso, nesse ano, a economia sofreu uma leve desaceleração, que acarretou um maior índice de inadimplência em todos os setores. Como forma de reação, foram introduzidos no país alguns instrumentos de restrição de crédito, principalmente para financiamento de veículos e crédito consignado, que afetaram as vendas de automóveis, ônibus e caminhões. Por causa dessas medidas, a Volkswagen Serviços Financeiros trabalhou de forma mais previdente, e seus negócios não chegaram a sofrer impactos significativos.



As informações financeiras e de mercado contidas neste capítulo foram extraídas das fontes: Banco Central do Brasil, Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras (Anef).

ESTABILIDADE DOS PAÍSES EMERGENTES

Em meio ao conturbado cenário econômico mundial, os países emergentes se destacaram de forma positiva mais uma vez. O crescimento do PIB foi de 6,9% na Índia, 9,2% na China, 4,3% na Rússia e, no Brasil, 2,7%.

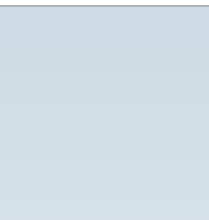
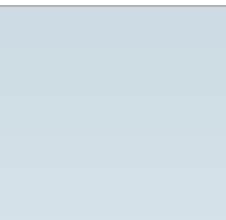
CENÁRIO GLOBAL

O ano foi caracterizado por acontecimentos internacionais – como a crise europeia, os conflitos políticos no norte da África e o terremoto no Japão – que afetaram negativamente os grandes países desenvolvidos e o Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Foi necessário que os principais Bancos Centrais do mundo intervissem no mercado para recuperar a economia. E no Brasil não foi diferente, com a rápida ação do Banco Central diminuindo as taxas de juros a partir do segundo semestre de 2011.

Na Europa, o baixo crescimento do PIB e sérios problemas de endividamento público preocuparam os investidores. As grandes economias desse continente, como Alemanha, França, Inglaterra e Itália, obtiveram expansão do PIB em 2011. No entanto, países como Portugal e Grécia apresentaram retração.

O BRASIL EM 2011

A crise mundial e a desaceleração econômica do Brasil afetaram alguns índices básicos da economia, como produção industrial e vendas a varejo. A taxa básica de juros, ou Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), após atingir 12,5% no final do primeiro semestre de 2011, encerrou o ano em 11%. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingiu 6,5% em dezembro de 2011, mas dados do primeiro trimestre de 2012 mostraram uma tendência de queda desse índice. No mercado de trabalho, o amadurecimento da economia brasileira nos últimos anos, por outro lado, ajudou o país a obter bons resultados, como a queda do desemprego.



- **R\$ 200,6 bilhões** é o saldo das carteiras de financiamento para a aquisição de veículos em 2011, um crescimento de 7,9% em relação a 2010.
- **8% a 10%** é o aumento projetado desse índice para 2012.

SETOR FINANCEIRO

A oferta de crédito no Brasil em 2011 alcançou 49% do PIB. De acordo com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o custo do crédito (*spread* e juros) foi o limitador dessa expansão.

O índice de inadimplência acima de 90 dias no país atingiu 5% do saldo das carteiras de financiamento, um aumento de 2,5 pontos percentuais na comparação com 2010. Já a inadimplência no financiamento de veículos está abaixo do índice de atraso total de empréstimos para pessoas físicas, que é de 7,1%. Como uma medida para melhorar esses índices, o governo e os bancos iniciaram, em 2011, programas de educação financeira, essenciais ao crescimento sustentável do crédito e à redução do endividamento e da inadimplência do consumidor.

CRÉDITO PARA FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS

Segundo a Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras (Anef), o crédito para financiamento de veículos em 2011 foi influenciado pelas medidas macroprudenciais do Banco Central do Brasil, iniciadas em dezembro de 2010. Ainda assim, o saldo das carteiras de financiamento obteve crescimento em relação ao ano anterior. Nos contratos firmados em 2011, a média dos planos de financiamento foi de 41 meses. Em 2010, essa média foi de 44 meses.

SETOR AUTOMOTIVO

A indústria automobilística apresentou um crescimento nas vendas e estabilidade na produção de veículos em 2011. Houve um expressivo aumento de automóveis importados licenciados no Brasil. Para proteger a indústria nacional, o governo tomou a medida de elevar o imposto sobre esses veículos.



FORMAS DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

Veículos de passeio e comerciais leves:



- 38% de vendas à vista
- 50% de compra pelo Crédito Direto ao Consumidor (CDC)
- 7% de escolha pelo consórcio
- 5% de utilização do leasing

Veículos comerciais (ônibus e caminhões):



- 70% de compra utilizando Finame
- 13% de escolha pelo CDC
- 12% de vendas à vista
- 3% de aquisição por leasing
- 2% de compra por consórcio



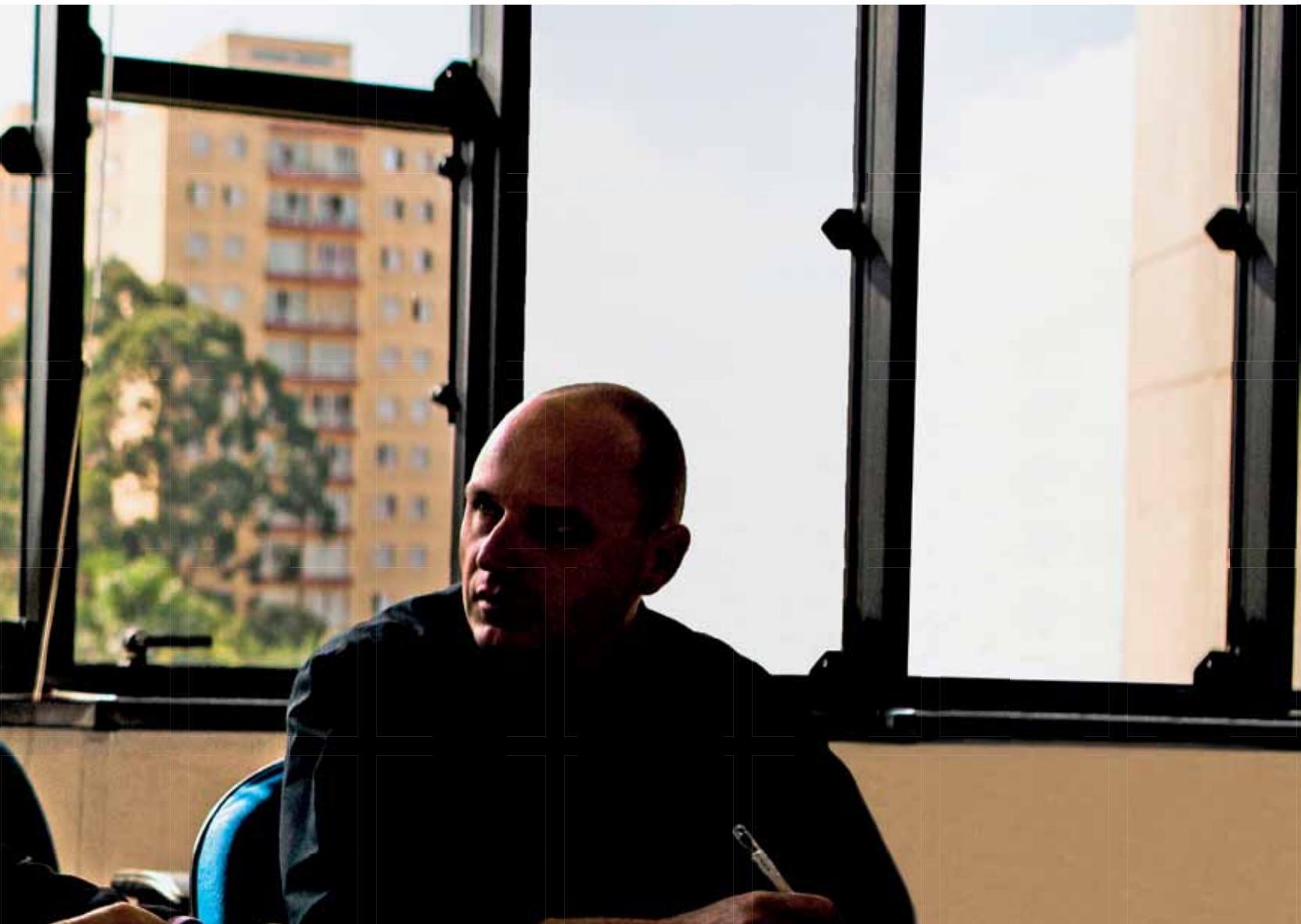
Vendas de veículos em 2011

3.633.248

unidades vendidas, um aumento de 3,4% em relação a 2010

UMA NOVA FORMA DE TRABALHAR





○ CAMINHO DA TRANSFORMAÇÃO

A VOLKSWAGEN SERVIÇOS FINANCEIROS INICIOU UMA TRANSFORMAÇÃO EM SUA FORMA DE TRABALHO PARA APOIAR O CUMPRIMENTO DE SUAS METAS.

Em 2011, a Volkswagen Serviços Financeiros deu continuidade ao trabalho para atingir as metas estabelecidas pela Matriz da Alemanha, em um planejamento a ser cumprido até 2018. Esse plano, que recebeu o nome de WIR 2018, é uma estratégia que abrange ações para o crescimento da área de Serviços Financeiros da Volkswagen em todo o mundo. O Brasil, com seu mercado em expansão, é uma das maiores subsidiárias da Volkswagen Financial Services AG e, por isso, sua contribuição é fundamental para o sucesso desse plano.

O alcance das metas do WIR 2018 será beneficiado pela criação do *Business Transformation*, um programa que constitui o pilar para o desenvolvimento da empresa e o cumprimento de seus objetivos.

PROGRAMA DE TRANSFORMAÇÃO

Nos últimos anos, a Volkswagen Serviços Financeiros vem adequando sua estrutura para se adaptar ao tamanho e à complexidade dos negócios. Em função disso, a empresa iniciou, em 2011, o programa *Business Transformation*, um conjunto de projetos que tem como objetivo dar suporte ao crescimento da organização no Brasil.

Em um trabalho realizado em estreito alinhamento com a Matriz alemã, o *Business Transformation* está ligado à estratégia da instituição e proporcionará melhorias em três áreas: tecnologias, processos e modelo operacional. Ele já começa com uma meta ambiciosa: a empresa precisa pensar diferente, incorporar o que existe de mais moderno, ter novos sistemas, processos mais flexíveis e um modelo operacional mais ágil para gerar produtos e serviços inovadores.

5 ANOS
é a duração da
implementação
do **Business**
Transformation.

BENEFÍCIOS DO *BUSINESS TRANSFORMATION*

- Mais agilidade na aprovação de crédito e na abertura de novos contratos.
- Maior qualidade no atendimento ao cliente e maior capacidade de autoatendimento, tanto dos concessionários como dos clientes finais.
- Melhor capacidade de gestão de risco de crédito, de risco operacional e de risco de mercado.
- Aumento da produtividade interna, permitindo que as áreas de contato com o cliente estejam focadas na geração de novos negócios.
- Aprimoramento de controles internos, com processos automatizados.



Projetos de transformação que começarão a surtir resultados a partir de 2012:

- **Nova Plataforma de Crédito:** implementará uma solução para o processo de crédito.
- **Customer Relationship Management (CRM):** criará um repositório centralizado de dados de clientes e um modelo integrado de gestão de tabelas de informações corporativas.
- **Expansão do sistema de gestão Enterprise Resource Planning (ERP) para Processos Administrativos:** disponibilizará mais funções administrativas em um sistema do tipo ERP, gerando rapidez, produtividade e confiabilidade.

PLANO DE CRESCIMENTO

Os últimos anos foram marcados pelo intenso desenvolvimento do setor automobilístico no Brasil. Esse fenômeno traz excelentes perspectivas para os negócios. Mas, para atender às expectativas nesse cenário, é preciso ampliar produtos e serviços. E o que viabilizará essa expansão é o Plano de Crescimento, lançado em 2011 pela Volkswagen Serviços Financeiros no Brasil. O caminho para o sucesso do plano é a sinergia das ações entre a Volkswagen do Brasil e Serviços Financeiros, com medidas que envolvem prospecção de vendas de automóveis e ações de relacionamento com o cliente. O plano contempla uma estratégia de negócios integrada e apoiada em:

- lealdade do cliente;
- *Penetration*;
- aumento do lucro por cliente.

**REVISÃO DO MAPA ESTRATÉGICO**

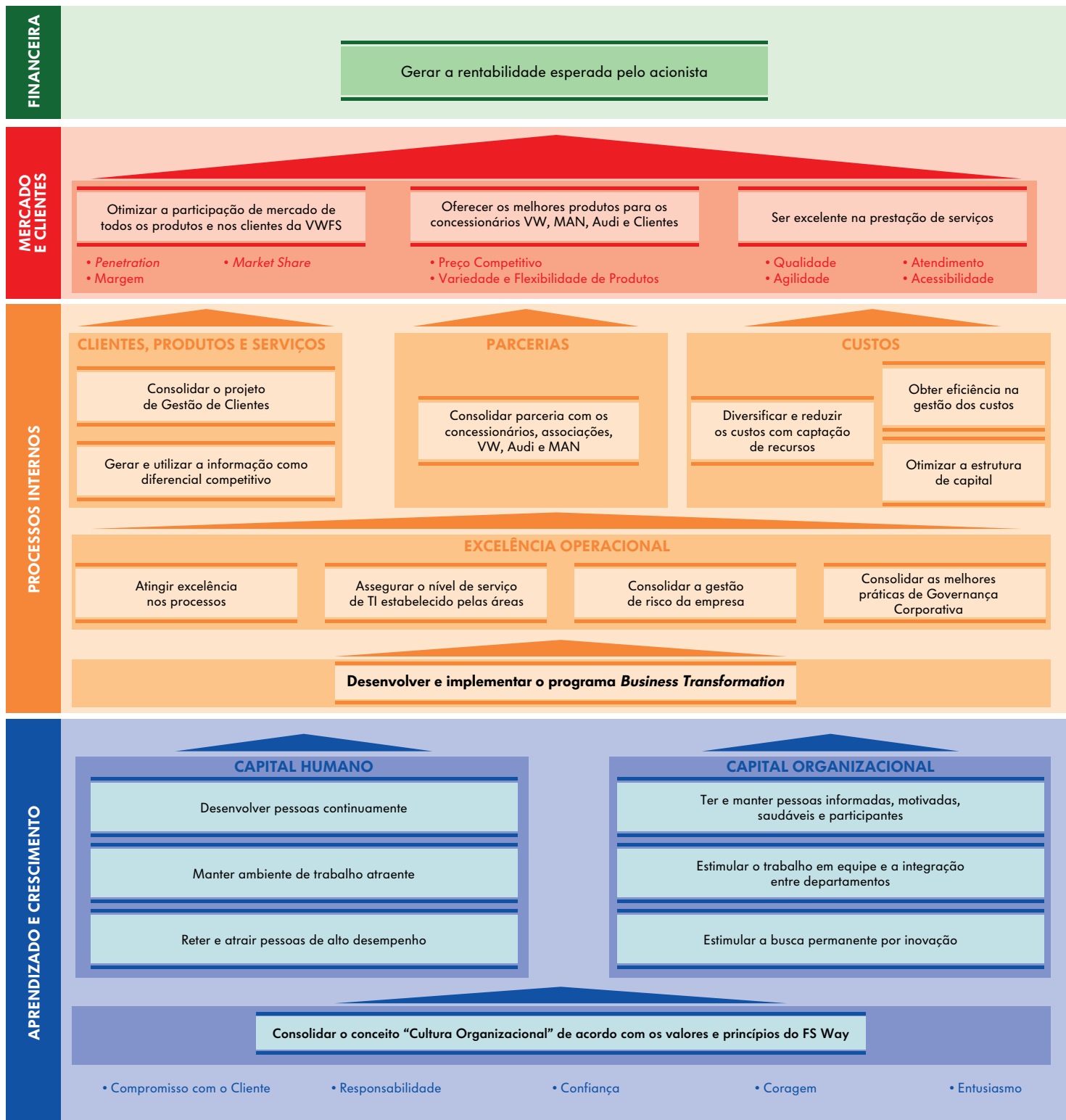
Um dos recursos utilizados pela Volkswagen Serviços Financeiros para concretizar seus objetivos foi a revisão de seu Mapa Estratégico, um instrumento para a gestão dos negócios, que dá a direção para o alcance das metas do Plano de Crescimento e do WIR 2018. O trabalho resultou em uma nova versão do Mapa, mais coerente com as necessidades da empresa.

O Mapa Estratégico traz **metas de curto, médio e longo prazos** nos aspectos financeiro, de mercado e clientes, de processos internos e de aprendizagem e crescimento, envolvendo **todos os públicos da organização: acionistas, clientes, empresa e funcionários.**

INTELIGÊNCIA NO GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES

A Volkswagen Serviços Financeiros criou, em 2010, a área de Business Intelligence, que desempenha um papel essencial ao auxiliar a condução das ações estratégicas da instituição, por centralizar, conectar e integrar informações para toda a empresa. Em 2011, Business Intelligence desenvolveu projetos que beneficiaram e apoiaram áreas como Marketing e Risco.

MAPA ESTRATÉGICO



SEGURANÇA NOS NEGÓCIOS

A VOLKSWAGEN SERVIÇOS FINANCEIROS REALIZA
UM GERENCIAMENTO DE RISCOS DILIGENTE E EFICIENTE.

Uma robusta estrutura de gestão de riscos é atributo indispensável de uma empresa sólida, que zela por sua segurança financeira e transmite confiança a investidores e clientes. Na Volkswagen Serviços Financeiros, o rigoroso gerenciamento de riscos utiliza critérios conservadores para garantir o crescimento sustentável do negócio. Além disso, esse controle atende aos requerimentos da Matriz Volkswagen Financial Services AG e de órgãos reguladores, como o Banco Central do Brasil, o Banco Central alemão e o Acordo de Basileia.

SEGURANÇA EM OPERAÇÕES

A Volkswagen Serviços Financeiros terminou 2011 com um Índice de Basileia da ordem de 14,1%. Esse indicador mede o capital mínimo que uma instituição financeira deve ter para realizar operações como concessão de crédito. O índice nacional, requerido pelo Banco Central do Brasil, é de 11%. Esse desempenho demonstra que a empresa tem um potencial maior que o exigido pelo órgão regulador brasileiro de gerar negócios sem necessidade de injeção de capital e com mais segurança.

Ao longo do ano, a Volkswagen Serviços Financeiros priorizou o trabalho em seu **projeto de consolidação da gestão de risco integrado**. O modelo de operação, adotado em 2011, terá sua implementação concluída em 2012 e englobará:

- risco de crédito;
- risco de mercado;
- risco de liquidez;
- risco operacional.



RISCO DE CRÉDITO

Um dos principais riscos que precisam ser adequadamente gerenciados em uma instituição financeira é o risco de crédito, que é a possibilidade de ocorrência de perda decorrente do não cumprimento dos compromissos assumidos pelo devedor. Em 2011, a Volkswagen Serviços Financeiros desenvolveu e implementou ferramentas de *rating* para apoiar a avaliação de clientes nos processos de tomada de decisão e a avaliação de risco para definição de provisionamento. Com isso, a decisão de concessão de novos créditos passou a ser mais assertiva, garantindo a manutenção da saúde financeira da empresa.

BEHAVIOUR SCORING

- Atribui ao cliente uma pontuação de acordo com seu comportamento em relação à empresa – fator importante no momento da renovação da concessão de crédito.
- Modelo implementado em 2011, com intensificação de utilização a partir de 2012.

AVALIAÇÕES COMBINADAS

Como subsidiária das operações mundiais de Serviços Financeiros do Grupo Volkswagen, a instituição implementou, em 2011, ações para cumprir os requerimentos legais do Banco Central alemão que tratam de gerenciamento de riscos e tecnologia. Uma das iniciativas foi a implementação de modelos de avaliação *Behaviour Scoring* (BHV) para auxiliar a gestão de risco. Esses modelos avaliam o comportamento de um cliente em sua relação com a Volkswagen ao longo do tempo. Essa análise, em conjunto com o *Acquisition Scoring* – um novo modelo de *rating* para auxiliar na decisão de concessão de crédito –, fornece para a organização informações mais qualificadas sobre os clientes que já compõem o seu portfólio no momento de concessão de um novo crédito, além de assegurar a constante avaliação do cliente enquanto ele estiver ativo na carteira da empresa. Dessa forma, a decisão de conceder um crédito torna-se mais segura.

ACQUISITION SCORING

- Atribui pontuações a proponentes a receber um crédito da empresa, de acordo com critérios específicos, permitindo uma classificação de risco e, dessa forma, diferenciando os proponentes.
- Analisa de forma conjunta as características da operação e das informações do avaliado, determinando a avaliação mais adequada para cada perfil.
- Foi desenvolvido em 2011 e passa a ser aplicado a partir de 2012.

NOVA ÁREA PARA CORROBORAR DECISÕES

Em 2011, foi criada a área de Marktfolge, com o papel importante de garantir o segundo voto que valida definitivamente a decisão de concessão de crédito para grandes clientes. A primeira recomendação para a conclusão ou o cancelamento de um negócio ocorre por meio da análise de crédito realizada pela área *Corporate*. Depois desse parecer, os clientes são encaminhados para a área de Marktfolge para uma segunda avaliação, desta vez, mais técnica. Essa área, então, emite o parecer final. Esse contraponto trouxe mais segurança e rigor nas decisões de concessão de montantes de crédito relevantes pela instituição.

RISCO OPERACIONAL

Para reduzir a possibilidade de perdas resultantes de falha ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, o risco operacional na Volkswagen Serviços Financeiros abrange um amplo escopo:

- fraudes;
- questões associadas a relações trabalhistas;
- danos a ativos;
- problemas em sistemas ou na execução de processos;
- práticas inadequadas;
- ocorrências que gerem interrupção dos negócios.

O monitoramento desses fatores para assegurar a revisão de processos e a mitigação do risco, além de ser extremamente importante para a organização, é também uma exigência do Banco Central alemão.

Em 2011, foram concentrados esforços em ações para o cumprimento da regulamentação 3380 do Banco Central do Brasil, que determina que uma empresa deve ser capaz de medir suas perdas decorrentes de falhas em operações, sistemas e oferta de serviços e ter planos para compensar esses danos. Hoje, a Volkswagen Serviços Financeiros está apta a mapear o grau de risco e seus possíveis impactos em todos os seus processos relevantes.

Para aumentar a segurança no gerenciamento de informações e atender a um requerimento do Banco Central alemão, foi implementado também um projeto que estabelece critérios para o acesso aos sistemas e aos dados da empresa.



DEDICAÇÃO À PREVENÇÃO DE FRAUDES

Outra providência adotada em 2011 foi a criação da área de Prevenção e Gestão de Fraudes. Por meio da análise da base de dados de casos de fraude, é possível atuar de forma mais eficaz e, com isso, reduzir o impacto de operações fraudulentas ou identificar situações atípicas e suspeitas.

RISCO DE MERCADO

Ao estudar questões como variação cambial, taxas de juros, preços de ações e de commodities para analisar como a instituição se comportaria em um cenário de estresse, a área de Risco de Mercado trata da possibilidade de ocorrência de perdas em razão da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela instituição financeira. Para atender a exigências da Matriz, na Alemanha, e do Banco Central do Brasil, a empresa realiza anualmente testes para analisar seus sistemas de medição, acompanhamento e controle da exposição ao risco de mercado.

RISCO DE LIQUIDEZ

Esse tipo de risco trata da possibilidade de a instituição não conseguir honrar suas obrigações no mercado em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Em um trabalho conjunto com a Matriz na Alemanha, a Volkswagen Serviços Financeiros conta com ferramentas para realizar a gestão do risco de liquidez, monitorando diariamente os limites estabelecidos para o colchão de liquidez, avaliando eventuais quedas de volumes.

FUTURO COM RISCO CONTROLADO

Em 2012, será concluído um projeto diferenciado no Grupo Volkswagen. Trata-se do *MaRisk (Minimum Requirement for Risk)*, que é o atendimento a um conjunto de requisitos mínimos necessários para possibilitar o sucesso do gerenciamento de risco em uma instituição financeira. A implementação do *MaRisk* responde também a uma exigência do Banco Central alemão e torna transparente aos *stakeholders* da Volkswagen Serviços Financeiros a seriedade da organização com o seu gerenciamento de risco.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

EM 2011, A VOLKSWAGEN SERVIÇOS FINANCEIROS AVANÇOU
NA IMPLEMENTAÇÃO DE SUA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA.

A Volkswagen Serviços Financeiros adota uma série de práticas diferenciadas de boa Governança Corporativa, que vão além das normalmente exigidas pelo ambiente regulatório no Brasil. A empresa segue recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), do código de Governança Corporativa alemão Kodex e do Acordo de Basileia II, publicado pelo Bank for International Settlements (BIS).

Em conformidade com a lei e as regulamentações do setor, a Volkswagen Serviços Financeiros realiza auditorias internas e conta com auditores independentes para assegurar a adequação dos processos e controles e o cumprimento dos objetivos estratégicos do acionista.

O **papel da Governança Corporativa** é o de ajustar os mecanismos de controle ao crescimento atual para que eles estejam adequados às necessidades futuras.

RELACIONAMENTO COM O IBGC

O Banco Volkswagen é Membro Associado Patrocinador do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), título destinado a companhias identificadas pelo Conselho de Administração do instituto como pertencentes ao seletivo grupo de empresas que assumiram um compromisso com a boa governança, posicionando-se favorável à causa e incorporando as melhores práticas como meta de administração da organização. Em 2011, o Banco Volkswagen foi um dos patrocinadores do congresso anual do instituto e do livro *Governança Corporativa em Empresas Familiares*, lançado pela entidade.

As boas práticas de Governança Corporativa são refletidas em inúmeras melhorias nos processos decisórios da empresa, no aprimoramento do modelo de prestação de contas, no aumento da confiança e no maior equilíbrio de interesses dos *stakeholders*. Sua adoção sustenta o crescimento, contribui para uma maior competitividade e permite trabalhar com melhores indicadores de desempenho e com uma estrutura organizacional mais bem definida.

GOVERNANÇA EM GESTÃO DE RISCOS

Os procedimentos de gestão de riscos atendem aos requerimentos do Acordo de Basileia II – que se baseia em três pilares: Capital (guardar), Supervisão (fiscalizar) e Transparência e Disciplina de Mercado (divulgação de dados) – e aos 25 princípios básicos sobre contabilidade e supervisão bancária.

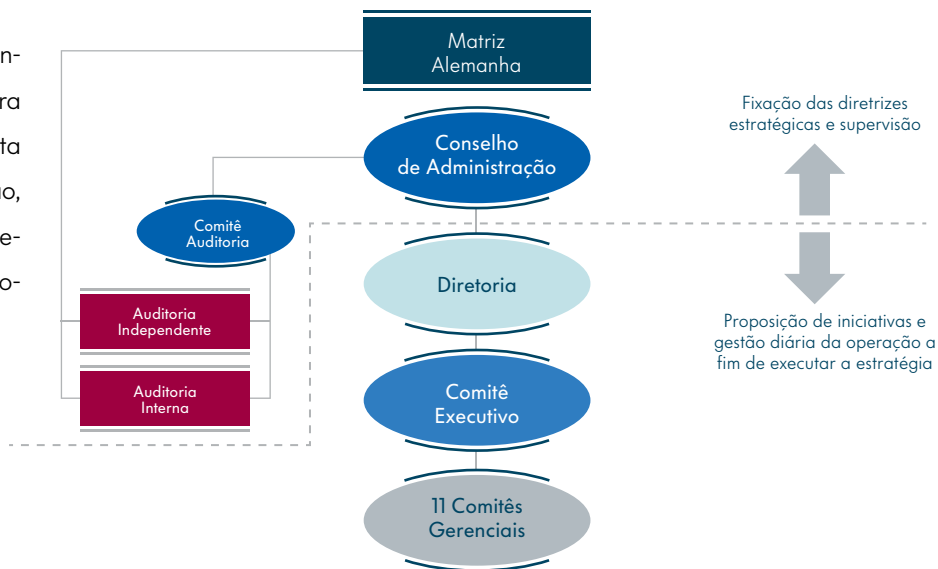
DIFERENCIAIS COMPETITIVOS E ATIVOS INTANGÍVEIS

A Volkswagen Serviços Financeiros possui qualidades que agregam valor ao negócio e sinalizam a sustentabilidade da empresa no longo prazo:

- Governança Corporativa
- Garantia, confiança e tradição da marca Volkswagen
- Parceria com as empresas do Grupo Volkswagen
- Relacionamento com clientes
- Alinhamento às melhores práticas internacionais no setor financeiro
- Estrutura em regionais
- Diversificação do *funding*
- Tecnologia com suporte ao crescimento

GESTÃO COLEGIADA

A Volkswagen Serviços Financeiros conta com uma estrutura de gestão colegiada composta do Conselho de Administração, de Diretorias, dos Comitês Executivo e de Auditoria e de 11 Comitês Gerenciais.







Cada Conselho e Comitê possui um papel específico na estrutura de Governança Corporativa:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Estabelece as diretrizes fundamentais e estratégicas da sociedade e de suas subsidiárias, bem como verifica e monitora sua execução.

COMITÊ EXECUTIVO

- Atua na divulgação e no monitoramento dos objetivos financeiros e operacionais;
- Registra indicadores de desempenho e monitora assuntos estratégicos e planos de ação;
- Define pontos de atenção e melhorias nos controles internos.

COMITÊ DE AUDITORIA

- É composto de membros com total independência da administração da companhia e zela pelos seguintes aspectos:
 - Qualidade e integridade das demonstrações financeiras;
 - Cumprimento das leis e regulamentações;

- Qualidade e efetividade do sistema de controles internos e de gerenciamento de riscos;
- Qualidade do relatório da Ouvidoria;
- Qualidade da atuação e da independência do trabalho das Auditorias Interna e Independente.

COMITÊS GERENCIAIS

COMITÊ DE CRÉDITO E COBRANÇA VAREJO

- Analisa os indicadores;
- Estabelece políticas de crédito e cobrança;
- Determina processos e melhorias em sua área de atuação.

COMITÊ DE CRÉDITO CORPORATIVO

- Estabelece e monitora a concessão e a administração de linhas de crédito para concessionárias e grandes operações para pessoas jurídicas.

COMITÊ DE PREVENÇÃO E COMBATE
AOS CRIMES DE LAVAGEM DE
DINHEIRO, CORRUPÇÃO E
FINANCIAMENTO AO TERRORISMO

- Assegura a conformidade dos processos com as normas e os regulamentos aplicáveis;
- Aprova treinamentos e campanhas de conscientização;
- Aprova processos e critérios de seleção de clientes com indícios de lavagem de dinheiro;
- Analisa e indica os casos suspeitos ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

COMITÊ DE ÉTICA

- Promove a manutenção do padrão de conduta na empresa;
- Analisa e delibera sobre conflitos de natureza ética e desvios de conduta em relação aos princípios estabelecidos;
- Atualiza os padrões de conduta e esclarece dúvidas quanto ao assunto;
- Estimula a adequação de práticas, políticas e procedimentos aos princípios éticos da companhia.

COMITÊ DE PREÇO E COMERCIALIZAÇÃO

- Aprova estratégias de competitividade para os produtos financeiros.

COMITÊ DE MARKETING E
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS

- Faz análises de mercado, performance, processos, competitividade e impactos legais nos produtos e serviços da Volkswagen Serviços Financeiros;
- Estabelece planos e estratégias para o desenvolvimento e a divulgação dos novos negócios.

COMITÊ DE GESTÃO DE CLIENTES

- Avalia iniciativas para estabelecer estratégias e aprovar planos de desenvolvimento;
- Acompanha performance e resultados.

COMITÊ DE PESSOAL

- Mantém e acompanha ações e planos de desenvolvimento para atrair e reter talentos;
- Aprova movimentação e promoção para média liderança;

- Acompanha concessões de incentivos à educação e ações de desenvolvimento pessoal.

COMITÊ DE TESOURARIA

- Analisa e discute a estratégia para as operações de Tesouraria;
- Aprova a política e a estrutura de gerenciamento de risco de mercado e de liquidez;
- Define níveis de exposições a risco de mercado e de liquidez.

COMITÊ DE OUVIDORIA

- Avalia, a cada trimestre, o resumo dos contatos recebidos, incluindo a classificação das demandas entre procedentes e improcedentes;
- Avalia o acompanhamento do relacionamento com os clientes por meio de análises das demandas procedentes, bem como o *report* dos encaminhamentos das demandas às áreas envolvidas e as melhorias de processos identificadas;
- Avalia a decisão acerca dos planos de ação que suportam melhorias necessárias para a atividade de Ouvidoria.

RELACIONAMENTO CONSTANTE COM *STAKEHOLDERS*

Acionista – A Volkswagen Serviços Financeiros continua com seu processo de institucionalização, padronização, prestação de contas (*reporting*) e definição de metas com o acionista, atendendo às necessidades da Matriz e aos órgãos reguladores na Alemanha. A empresa adota práticas internacionais de contabilidade, publicando os resultados consolidados conforme as normas International Financial Reporting Standards (IFRS), além da publicação segundo normas locais.

Entidades de classe – A empresa está ativamente engajada nas principais entidades de classe do setor financeiro. Em 2011, participou de comitês, eventos e outras iniciativas de instituições como:

- Associação Brasileira das Empresas de Leasing (Abel);
- Associação Nacional das Entidades de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi);
- Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Cliente – O relacionamento como meio para atingir a excelência na prestação de serviços, a fidelização e a avaliação positiva do mercado é um fator valorizado pela Volkswagen Serviços Financeiros. Na visão da empresa, a satisfação do cliente é um dos principais indicadores estratégicos. Por isso, realiza periodicamente pesquisas com o consumidor, aplicadas pelo instituto Ipsos/Alfacom. O Banco Volkswagen está entre os líderes em satisfação do consumidor, com 88% de aprovação em 2011.

Funcionários – A empresa possui um Código de Conduta, atualizado a cada dois anos e direcionado a todos os colaboradores. Além disso, para garantir a confiabilidade da marca Volkswagen, dispõe de uma ferramenta para controle de implantação das diretrizes de conduta, de um processo de identificação de conflito de interesses e de um canal de denúncias de fraudes e subornos.

CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE

Na Volkswagen Serviços Financeiros, o controle interno e o *compliance* são cumpridos rigorosamente pela Diretoria, pela alta administração e por todos os níveis hierárquicos. Os processos de controles internos buscam assegurar que todo o quadro de pessoal da organização esteja trabalhando de forma a atingir seus objetivos com eficiência e integridade, sem custos excessivos ou inesperados nem colocando interesses individuais acima das prioridades da empresa. Além disso, todas as atividades devem ser praticadas em conformidade com leis e regulamentos nacionais e internacionais e com políticas e procedimentos internos.

A administração da Volkswagen Serviços Financeiros é a principal responsável pela avaliação dos riscos, pelo desenho e pela implementação de controles internos. A atuação nesses quesitos está alinhada com os principais modelos globais de controles, como o Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Coso) e o Control Objectives for Information and Related Technology (Cobit), que abrangem aspectos de negócio e de tecnologia, respectivamente, atendendo ao previsto na Resolução nº 2.554/98, do Conselho Monetário Nacional.

VIGILÂNCIA CONSTANTE

Controles internos e *compliance* não são apenas procedimentos ou políticas executadas de tempos em tempos. Ao contrário, devem funcionar continuamente em toda a instituição.





RECURSOS HUMANOS





GESTÃO DE PROFISSIONAIS

INVESTIR NO DESENVOLVIMENTO DE SEUS PROFISSIONAIS É PRIORIDADE PARA A VOLKSWAGEN SERVIÇOS FINANCEIROS, QUE, EM 2011, FOI ELEITA UMA DAS MELHORES EMPRESAS PARA TRABALHAR DO BRASIL.

A Volkswagen Serviços Financeiros estabeleceu uma série de metas a cumprir a curto, médio e longo prazo. A superação desses desafios está, em boa medida, nas mãos de seus funcionários. São eles que, com seus objetivos individuais e o trabalho alinhado ao direcionamento global, exercem hoje um papel fundamental para a construção da empresa de amanhã.

A excelência na gestão de pessoas é crucial para ampliar os negócios e a participação no mercado. Esse processo envolve um trabalho intenso e constan-

te, e alguns fatores são imprescindíveis para o sucesso almejado. Um deles é contar com profissionais capacitados. Para isso, a empresa está sempre investindo em novas ferramentas de desenvolvimento e treinamento, propiciando ao funcionário a possibilidade de expandir ao máximo seu potencial e estar preparado para as demandas atuais e futuras da organização.

UNIVERSIDADE CORPORATIVA

Criada em 2011, a universidade corporativa da Volkswagen Serviços Financeiros, FS School, oferece programas de educação e aprimoramento profissional contínuo aos funcionários. Os cursos são agrupados por área de especialização e voltados para o desenvolvimento de competências estratégicas para o negócio. O foco do ano foi em treinamentos para a liderança. Esse modelo de universidade corporativa foi considerado pela Matriz da Alemanha uma boa prática a ser compartilhada no Grupo Volkswagen.



Em dezembro de 2011, a Volkswagen Serviços Financeiros contava com **826 funcionários**.

INTERCÂMBIO PROFISSIONAL

Uma das ferramentas oferecidas aos funcionários para aumentar o seu conhecimento é o *Global Agent* – programa de intercâmbio de melhores práticas entre a subsidiária brasileira e outras operações de Serviços Financeiros no mundo. O participante acompanha *in loco* casos de sucesso de outras localidades. Ao final da experiência, o aprendizado é relatado em um dossiê, disponível em um banco de práticas na intranet.

UMA DAS MELHORES PARA TRABALHAR

Em 2011, a Volkswagen Serviços Financeiros conquistou um importante reconhecimento: foi eleita uma das melhores empresas para trabalhar no Brasil, no ranking elaborado pelo Instituto Great Place to Work em parceria com a revista *Época*. A empresa passou a figurar nesse ranking devido ao excelente resultado de sua Pesquisa de Clima Organizacional, realizada no mesmo ano pelo próprio Instituto Great Place to Work. As oportunidades de crescimento e o bom ambiente de trabalho foram apontados como os principais fatores de retenção de pessoas.

DESTAQUES DA PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL

- **92%** dos funcionários participaram da pesquisa, índice superior à média das outras empresas do guia, que é de 70%.
- **84%** é o índice de satisfação dos profissionais para com a empresa, um aumento de **9 pontos** em relação a 2010.
- Esses resultados renderam à Volkswagen Serviços Financeiros a **53ª posição** no ranking das 100 melhores empresas para trabalhar do Instituto Great Place to Work.

GLOBALMENTE ALINHADO

Com o objetivo de apoiar as estratégias do WIR 2018, a Volkswagen Serviços Financeiros no Brasil deu seus primeiros passos na implantação do *Assessment Center* Corporativo. Essa ferramenta de avaliação seguirá um padrão mundial, alinhado em todo o Grupo Volkswagen, e passará a certificar funcionários para cargos de liderança.

COMUNICAÇÃO TRANSPARENTE

Em 2011, foi desenvolvido um novo modelo de comunicação interna, com veículos mais abrangentes e atrativos, levando a todos os profissionais, de forma rotineira e periódica, notícias sobre negócios, práticas e projetos da organização.

Já o Projeto Conversando, que promove reuniões periódicas entre gestores e funcionários para tratar de assuntos que contribuem para o bom andamento do trabalho, comemorou uma década de existência em 2011. Alguns dos temas abordados nos encontros são o desempenho da empresa, novos projetos, atualidades e sugestões de melhoria do clima organizacional.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

A Volkswagen Serviços Financeiros do Brasil participou da HR Conference 2011, o encontro mundial da Volkswagen para tratar de assuntos relacionados a Recursos Humanos, que ocorreu em Wernigerode, na Alemanha. Sob o tema *Many Players – One Top Team*, a conferência abordou formas de continuar atraindo e retendo talentos e lançou programas para aprimorar o processo de desenvolvimento dos profissionais da organização.



Investimento no desenvolvimento de profissionais em 2011

R\$ 506.928,65: **programa de idiomas**

R\$ 1.089.411,72: **treinamentos**

R\$ 576.754,89: **incentivo à educação (bolsa de estudos)**



O ano de 2011 foi marcado, ainda, pela terceira participação do Brasil no Works Council, que aconteceu em Braunschweig, na Alemanha. Além dos profissionais de Recursos Humanos, também estiveram presentes nesse evento os representantes dos funcionários das empresas de Serviços Financeiros da Volkswagen de todo o mundo.

EM BENEFÍCIO DO FUNCIONÁRIO

A Volkswagen Serviços Financeiros acredita que seus profissionais se tornam mais produtivos quando cuidam melhor de sua saúde física e mental. Por isso, incentiva o desenvolvimento intelectual e a prática de atividades físicas e da boa alimentação:

- **Programa Viver Saudável Nutrição** – acompanhamento de um médico e de uma nutricionista e academia de ginástica à disposição para aqueles que desejam manter a saúde em dia. Em 2011, houve uma perda de peso de 5% entre os colaboradores que participaram do acompanhamento nutricional.
- **Programa de idiomas** – possibilidade de fazer cursos de idiomas no escritório central ou em escolas de inglês parceiras da empresa e próximas às regionais.
- **Encontros de cultura** – promoção da cultura, com atividades que incluíram palestras com personalidades como Olivier Anquier, Zeca Camargo e Marcos Caruso, apresentações artísticas e descontos em peças teatrais.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





BANCO VOLKSWAGEN S.A.

Demonstrações Financeiras Locais em 31 de dezembro de 2011



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	ATIVO	
	2011	2010
CIRCULANTE	11.197.285	8.841.333
Disponibilidades	14.492	20.890
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)	713.086	389.092
Aplicações no mercado aberto	713.086	389.092
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	34.227	–
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 17)	34.227	–
Operações de crédito (Nota 4)	9.643.963	7.799.076
Operações de crédito — setor privado	9.881.791	7.975.751
Provisão para operações de crédito — setor privado	(237.828)	(176.675)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 4)	(29.714)	(44.245)
Arrendamentos a receber — setor privado	314.682	362.259
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(304.047)	(353.052)
Provisão para operações de arrendamento mercantil — setor privado	(40.349)	(53.452)
Outros créditos	662.646	551.036
Créditos tributários (Nota 15)	327.478	286.338
Diversos (Nota 5)	335.168	264.698
Outros valores e bens	158.585	125.484
Despesas antecipadas (Nota 6)	149.819	121.233
Outros valores e bens	8.766	4.251
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	10.065.488	8.504.792
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	11.638	–
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 17)	11.638	–
Operações de crédito (Nota 4)	9.335.698	7.757.744
Operações de crédito — setor privado	9.802.118	8.119.115
Provisão para operações de crédito — setor privado	(466.420)	(361.371)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 4)	(63.678)	(74.591)
Arrendamentos a receber — setor privado	346.030	422.795
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(344.585)	(421.540)
Provisão para operações de arrendamento mercantil — setor privado	(65.123)	(75.846)
Outros créditos	656.998	703.219
Créditos tributários (Nota 15)	475.448	538.949
Diversos (Nota 5)	181.550	164.270
Outros valores e bens	124.832	118.420
Despesas antecipadas (Nota 6)	124.832	118.420
PERMANENTE	2.480.759	3.358.931
Investimentos	70.436	152.300
Investimento em controlada (Nota 7)	70.170	152.034
Outros investimentos	266	266
Imobilizado de uso – líquido de depreciação	6.393	4.960
Imobilizado de arrendamento (Nota 2 (e))	2.403.930	3.201.671
Bens arrendados	2.735.671	3.461.717
Depreciações acumuladas	(331.741)	(260.046)
TOTAL DO ATIVO	23.743.532	20.705.056

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	2011	2010
CIRCULANTE	9.220.790	8.947.282
Depósitos (Nota 8)	4.240.540	5.243.145
Depósitos interfinanceiros	1.999.103	2.935.859
Depósitos a prazo	2.241.437	2.307.286
Obrigações por empréstimos no exterior (Nota 10)	767.401	55.584
Obrigações por repasses – Finame (Nota 9)	3.132.786	2.398.894
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 17)	21.259	3.025
Outras obrigações	1.058.804	1.246.634
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	4.378	24.845
Fiscais e previdenciárias (Nota 12)	175.883	88.876
Credores por antecipação de valor residual (Nota 4)	561.896	593.847
Provisão para passivos contingentes (Nota 12)	4.808	25.045
Diversas (Nota 11)	311.839	514.021
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	12.353.671	9.696.850
Depósitos (Nota 8)	2.232.956	914.309
Depósitos interfinanceiros	1.662.338	486.004
Depósitos a prazo	570.618	428.305
Obrigações por empréstimos no exterior (Nota 10)	1.029.775	909.173
Obrigações por repasses – Finame (Nota 9)	5.380.586	4.461.894
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 17)	6.561	34.334
Outras obrigações	3.703.793	3.377.140
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	21.505	–
Fiscais e previdenciárias (Nota 12)	1.191.655	1.115.736
Credores por antecipação de valor residual (Nota 4)	900.090	1.209.235
Provisão para passivos contingentes (Nota 12)	64.890	53.511
Dívidas subordinadas (Nota 13)	1.511.491	599.404
Diversas (Nota 11)	14.162	399.254
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	181.869	203.248
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)	1.987.202	1.857.676
Capital social de domiciliados no país	1.307.883	907.883
Reserva de lucros	679.319	949.763
Ajustes de avaliação patrimonial	–	30
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.743.532	20.705.056

A íntegra das demonstrações financeiras locais com suas notas explicativas, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, foi publicada na *Folha de S.Paulo* em 30/3/2012.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2º semestre	Exercícios	
	2011	2011	2010
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.804.079	3.394.384	3.007.749
Operações de crédito	1.295.140	2.444.279	1.964.720
Operações de arrendamento mercantil	450.903	915.301	1.064.455
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	37.047	47.340	16.147
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 17)	20.989	(12.536)	(37.573)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.414.970)	(2.619.890)	(2.291.867)
Operações de captação no mercado	(453.853)	(845.989)	(726.153)
Operações de empréstimos e repasses	(358.657)	(574.132)	(323.340)
Operações de arrendamento mercantil	(377.611)	(767.893)	(874.456)
Operações de venda de ativos financeiros	–	(31.049)	(103.005)
Provisão para devedores duvidosos (Nota 4 (f))	(224.849)	(400.827)	(264.913)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	389.109	774.494	715.882
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(245.189)	(442.198)	(328.155)
Rendas de tarifas bancárias (Nota 18 (f))	73.656	145.843	127.941
Outras despesas administrativas (Nota 18 (c))	(146.945)	(259.940)	(195.586)
Despesas tributárias	(8.966)	(16.802)	(13.371)
Resultado de participação em controlada (Nota 7)	2.716	(8.534)	11.354
Outras receitas operacionais (Nota 18 (d))	61.829	131.006	105.483
Outras despesas operacionais (Nota 18 (e))	(227.479)	(433.771)	(363.976)
RESULTADO OPERACIONAL	143.920	332.296	387.727
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	5.377	8.642	12.067
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	149.297	340.938	399.794
Imposto de Renda (Nota 15)	(39.557)	(92.365)	(102.158)
Contribuição Social (Nota 15)	(26.224)	(57.554)	(23.086)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS	83.516	191.019	274.550
Lucro líquido por ação do capital social no fim do semestre/exercícios – R\$	0,27	0,61	1,06

A íntegra das demonstrações financeiras locais com suas notas explicativas, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, foi publicada na *Folha de S.Paulo* em 30/3/2012.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Reserva de lucros							Total
	Capital social realizado	Aumento de capital	Subvenção de incentivos fiscais	Legal	Reserva especial de lucros	Ajustes de valor patrimonial	Lucros acumulados	
Em 31 de dezembro de 2009	907.883	–	18.515	40.954	289.521	–	326.223	1.583.096
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	30	–	30
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	274.550	274.550
Destinações: reserva legal	–	–	–	13.728	–	–	(13.728)	–
Reserva especial de lucros	–	–	–	–	260.822	–	(260.822)	–
Reserva especial de lucros para aumento de capital	–	–	–	–	326.223	–	(326.223)	–
Em 31 de dezembro de 2010	907.883	–	18.515	54.682	876.566	30	–	1.857.676
Ajustes de períodos anteriores (Nota 18 (j))	–	–	–	–	(61.463)	–	–	(61.463)
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	(30)	–	(30)
Aumento de capital (AGOE de 29/4/11)	400.000	–	–	–	(400.000)	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	191.019	191.019
Destinações: reserva legal	–	–	–	–	–	–	(9.550)	–
Reserva especial de lucros	–	–	–	9.550	181.469	–	(181.469)	–
Em 31 de dezembro de 2011	1.307.883	–	18.515	64.232	596.572	–	–	1.987.202
Em 30 de junho de 2011	907.883	400.000	18.515	61.223	496.408	–	124.278	2.008.307
Ajustes de períodos anteriores (Nota 18 (j))	–	–	–	–	(81.305)	–	(23.316)	(104.621)
Aumento de capital (AGOE de 29/4/11)	400.000	400.000	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	–	–	83.516	83.516
Destinações: reserva legal	–	–	–	3.009	–	–	(3.009)	–
Reserva especial de lucros	–	–	–	–	181.469	–	(181.469)	–
Em 31 de dezembro de 2011	1.307.883	–	18.515	64.232	596.572	–	–	1.987.202

A integra das demonstrações financeiras locais com suas notas explicativas, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, foi publicada na *Folha de S.Paulo* em 30/3/2012.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2º semestre	Exercícios	
	2011	2011	2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre/exercícios	83.516	191.019	274.550
Ajustes ao lucro líquido:			
Amortizações e depreciações	1.074	2.089	626
Resultado de participação em controlada	(2.716)	8.534	(11.354)
Provisão para devedores duvidosos	224.849	400.827	264.913
Resultado de operações de dívidas subordinadas	81.469	132.578	48.482
Resultado de obrigações por empréstimos no exterior	122.926	150.049	(5.428)
Reversão para outros valores e bens	(833)	(1.559)	(845)
Ajustes de passivos fiscais e previdenciárias e provisão para passivos contingentes	91.040	164.483	128.427
Provisão (reversão) para outras obrigações	(2.231)	8.065	–
Tributos diferidos	(56.927)	(63.300)	136.064
Ajustes de avaliação patrimonial	–	(30)	30
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS	542.167	992.755	835.465
Variação em resultados de exercícios anteriores (Nota 18 (j))	(7.976)	11.866	–
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	534.191	1.004.621	835.465
(Aumento) em instrumentos financeiros derivativos	(45.555)	(45.865)	–
(Aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil	(1.850.223)	(3.392.466)	(3.689.944)
(Aumento) redução em outros créditos e outros valores e bens	25.220	54.905	(148.854)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(86.326)	(159.005)	(65.925)
VARIAÇÃO ATIVOS	(1.956.884)	(3.542.431)	(3.904.723)
Aumento em depósitos	885.812	316.043	454.117
Aumento em obrigações por repasses – Finame	681.943	1.652.584	1.861.294
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos	(42.587)	(9.539)	37.359
Aumento em obrigações por empréstimos no exterior	216.800	682.369	970.185
Aumento (redução) em outras obrigações	165.404	(540.660)	(298.885)
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros	(9.954)	(21.378)	60.162
VARIAÇÃO PASSIVOS	1.897.418	2.079.419	3.084.232
(=) CAIXA ATIVIDADES OPERACIONAIS	474.725	(458.391)	14.974
Aquisição de imobilizado de uso	(2.067)	(3.522)	(5.563)
(=) CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.067)	(3.522)	(5.563)
Aumento em obrigações de dívidas subordinadas	56.845	779.509	200.000
(=) CAIXA ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	56.845	779.509	200.000
(=) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	529.503	317.596	209.411
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	198.075	409.982	200.571
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	727.578	727.578	409.982
(=) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	529.503	317.596	209.411

A íntegra das demonstrações financeiras locais com suas notas explicativas, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, foi publicada na *Folha de S.Paulo* em 30/3/2012.

BANCO VOLKSWAGEN S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
em 31 de dezembro de 2011 e
Relatório dos Auditores Independentes



BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM IFRS – ATIVO

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Em 31 de dezembro	
		2011	2010
Circulante			
Disponibilidade	6	15.131	23.638
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	7	713.091	443.427
Instrumentos financeiros derivativos	8	34.227	–
Operações de crédito e arrendamento mercantil	9	10.388.925	8.875.504
Ativos fiscais			
Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes		175.606	98.275
Outros ativos	10	221.708	291.339
Outros valores e bens		9.172	4.659
		11.557.860	9.736.842
Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	8	11.638	–
Operações de crédito e arrendamento mercantil	9	9925.527	8.163.504
Ativos fiscais			
Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes		45.724	64.359
Imposto de Renda e Contribuição Social – diferidos	16	813.070	799.266
Outros ativos	10	344.931	174.179
Outros valores e bens		7.500	7.704
Imobilizado	11	25.393	17.262
Intangível	12	6.673	8.582
		11.180.456	9.234.856
Total do ativo		22.738.316	18.971.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM IFRS – PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Em 31 de dezembro	
		2011	2010
Circulante			
Depósitos	13	4.240.541	5.098.296
Obrigações por empréstimos e repasses	14	4.071.796	2.752.032
Instrumentos financeiros derivativos	8	21.259	3.025
Tributos a recolher		8.589	44.691
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher		191.304	93.606
Outros passivos	17	372.755	294.192
Provisões para passivos contingentes	19	4.808	25.045
		8.911.052	8.310.887
Não circulante			
Depósitos	13	2.061.701	914.309
Obrigações por empréstimos e repasses	14	6.581.232	5.756.884
Instrumentos financeiros derivativos	8	6.561	34.334
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	16	657.704	683.835
Tributos a recolher		38.127	–
Outros passivos	17	64.029	79.053
Dívida subordinada	18	1.511.490	599.404
Provisões para passivos contingentes e obrigações tributárias	19	694.507	592.243
		11.615.351	8.660.062
Total do passivo		20.526.403	16.970.949
Patrimônio líquido	20		
Capital social e reservas atribuídos aos acionistas			
Capital social de domiciliados no país		1.307.883	907.883
Reserva de lucros		875.609	1.082.002
Ajuste de avaliação patrimonial		–	30
		2.183.492	1.989.915
Participação dos acionistas não controladores		28.421	10.834
Total do patrimônio líquido		2.211.913	2.000.749
Total do passivo e patrimônio líquido		22.738.316	18.971.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO EM IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2011	2010
Receitas de juros e rendimentos similares	21	2.519.128	1.979.284
Despesas de juros e encargos similares	21	(1.475.164)	(1.178.082)
Receita líquida de juros		1.043.964	801.202
Receita de comissões na venda de seguros		51.104	47.306
Receita de prestação de serviços		117.516	221.182
Resultado da variação cambial		(341)	(128)
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros		(357.562)	(292.986)
Despesas gerais e administrativas	22	(298.391)	(245.690)
Outras receitas operacionais	23	131.273	115.889
Outras despesas operacionais	24	(322.594)	(340.256)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		364.969	306.519
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	15	(215.293)	(3.150)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	15	61.518	(90.797)
Lucro líquido do exercício		211.194	212.572
Atribuível a:			
Acionistas do Banco		193.607	210.349
Participação dos não controladores		17.587	2.223
Lucro por ação básico atribuído aos acionistas do Banco (expresso em reais por ação)	25	0,66	0,81

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE CONSOLIDADO EM IFRS

Em milhares de reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Lucro líquido do exercício	211.194	212.572
Outros componentes do resultado abrangente		
<i>Hedge de fluxos de caixa</i>	(30)	30
Total do resultado abrangente do exercício	211.164	212.602
Atribuível a:		
– Acionistas do Banco	193.577	210.379
– Acionistas não controladores	17.587	2.223
	211.164	212.602

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 8.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS EM IFRS

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido		211.194	212.572
Ajustes ao lucro líquido:			
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros	9	357.562	292.986
Depreciação e amortização	22	11.539	7.275
Perda/(ganho) na alienação de imobilizado/ativo intangível		6.503	5.096
Provisão para passivos contingentes e obrigações tributárias	19	140.863	147.767
Despesa de juros de dívidas subordinadas		132.577	48.482
Tributos diferidos	16	(39.936)	90.797
Fluxos de caixa antes das variações nos ativos e passivos operacionais (i)		820.302	804.975
Redução/(aumento) em empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito		54.330	(46.544)
Redução/(aumento) líquido nos instrumentos financeiros derivativos		(55.434)	37.389
Redução/(aumento) nas operações de crédito e arrendamento mercantil		(3.633.006)	(3.670.713)
Redução/(aumento) em outros ativos e outros valores e bens		97.424	(40.697)
Aumento/(redução) em depósitos		289.637	490.126
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos e repasses		2.144.111	2.423.918
Aumento/(redução) em tributos a recolher		2.025	1.348
Aumento/(redução) em outros passivos		63.539	122.006
Aumento/(redução) em provisões para passivos contingentes		(58.836)	(12.212)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(163.851)	(81.047)
Caixa líquido nas atividades operacionais		(439.759)	28.549
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado/ativos intangíveis		(24.264)	(20.663)
Caixa líquido das atividades de investimento		(24.264)	(20.663)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento em obrigações por dívidas subordinadas		779.510	200.000
Caixa líquido das atividades de financiamento		779.510	200.000
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		315.487	207.886
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		412.730	204.844
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	728.217	412.730
		315.487	207.886
Informações complementares sobre o fluxo de caixa			
Juros recebidos		2.654.782	1.988.263
Juros pagos		740.626	261.658

(i) Inclui os valores de juros recebidos e pagos conforme demonstrado acima.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO EM IFRS

Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da controladora								
	Capital social	Reserva de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
		Subvenção de incentivos fiscais	Legal	Reserva especial de lucros					
Em 1º de janeiro de 2010	907.883	18.515	40.954	485.961	–	326.223	1.779.536	8.611	1.788.147
Efeito hedge contábil – resultado abrangente	–	–	–	–	30	–	30	–	30
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	210.349	210.349	2.223	212.572
Destinação do resultado	–	–	13.728	522.844	–	(536.572)	–	–	–
Em 31 de dezembro de 2010	907.883	18.515	54.682	1.008.805	30	–	1.989.915	10.834	2.000.749
Efeito hedge contábil – resultado abrangente	–	–	–	–	(30)	–	(30)	–	(30)
Aumento de capital	400.000	–	–	(400.000)	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	193.607	193.607	17.587	211.194
Destinação do resultado	–	–	9.550	184.057	–	(193.607)	–	–	–
Em 31 de dezembro de 2011	1.307.883	18.515	64.232	792.862	–	–	2.183.492	28.421	2.211.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Em milhares de reais

1 INFORMAÇÕES GERAIS

O Banco Volkswagen S.A. (o “Banco”) e suas controladas (conjuntamente, “o Grupo”) estão autorizados a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, e atuam, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., MAN Latin America Indústria e Comércio de Veículos Ltda. e Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda. As operações do Grupo são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas no Brasil ligadas à Volkswagen, MAN Latin America e Audi Brasil.

O Banco é uma sociedade anônima com sede em São Paulo (SP) e sua controladora final é a Volkswagen AG, localizada na cidade de Wolfsburg, na Alemanha.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foi autorizada pela Diretoria, em 27 de março de 2012.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS) e as interpretações IFRIC, emitidas pelo International Accounting Standards Board.

Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir ativos financeiros disponíveis para venda, ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Banco no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 CONSOLIDAÇÃO

CONTROLADA

Controlada é a entidade na qual o Banco tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais geralmente acompanhadas de uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. O método de contabilização de compra é usado para contabilizar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são considerados como despesas no momento em que forem incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição que ultrapassar o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Cinco empresas nacionais foram integralmente consolidadas na data da demonstração financeira. As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminadas. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo.

ESCOPO DE CONSOLIDAÇÃO

Além do Banco, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as empresas abaixo:

- Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda., empresa que administra os recursos provenientes das cotas dos grupos de consórcio de veículos Volkswagen, na qual o Banco tem participação de 99,99996%, sendo assim controle direto;
- Volkswagen Serviços Ltda., empresa prestadora de serviços de assessoria técnica para o Banco, na qual o mesmo não tem participação direta, mas possui poder de determinar as políticas financeiras e de negócios que irão gerar benefícios ao Grupo provenientes de suas atividades;
- Volkswagen Corretora de Seguros Ltda., empresa de corretagem de seguros, na qual o Banco não participa diretamente, porém possui poder de determinar as políticas financeiras e de negócios que irão beneficiar o Grupo com recursos provenientes de suas atividades;
- as empresas Assivalo Prestação de Serviços Auxiliares do Setor de Seguros Ltda. e Multimarcas Corretora de Seguros S/C Ltda., apesar de estarem inativas, são consolidadas pelo fato de o Banco possuir poder de determinar as políticas financeiras e de negócios de sua controladora (Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.).

2.3 CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA

(A) MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas na moeda “R\$”, que é a moeda funcional do Banco e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(B) TRANSAÇÕES E SALDOS

As operações em moeda estrangeira são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas.

2.4 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

2.4.1 CLASSIFICAÇÃO

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(A) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

(B) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis do Banco compreendem operações de crédito e arrendamento mercantil, disponibilidades, empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito e demais contas a receber registradas em outros ativos (Nota 5). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(C) ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

(D) PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, adicionados os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, exceto os instrumentos financeiros derivativos e passivos financeiros objetos de *hedge*.

(E) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E ATIVIDADES DE HEDGE

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. No início da operação, os derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*). O Grupo adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), na qual os derivativos utilizados para proteger exposições a risco e que sejam considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

Hedge de valor justo – Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor justo com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Hedge de fluxo de caixa – A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor justo com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos, quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O Grupo documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. O Grupo também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 8. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

2.4.2 RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E DESRECONHECIMENTO

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa na demonstração do resultado.

Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos sobre o recebimento dos fluxos de caixa se expiram, ou quando o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo. Passivos financeiros são desreconhecidos quando eles são extintos, ou seja, quando são pagos, cancelados ou expirados.

Ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado são incluídos no resultado do período quando ocorrem. Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente em conta específica do patrimônio líquido até o ativo financeiro ser desreconhecido ou até sofrer perda por redução ao valor recuperável. Nesse caso, o ganho ou perda acumulado na conta específica do patrimônio líquido deve ser transferido para o resultado do período como ajuste de reclassificação. Os juros calculados por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros são reconhecidos no resultado do exercício.

O valor justo dos ativos financeiros cotados em mercado ativo é baseado nos preços atuais de oferta de compra. Se o mercado para um ativo financeiro não for ativo, o Grupo estabelece o valor justo por meio da utilização de técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, sem favorecimento, fluxo de caixa descontado, modelos de precificação de opções e outras técnicas de avaliação geralmente utilizadas pelos participantes de mercado.

2.5 COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial somente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de realizá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6 PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS

(A) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

De acordo com as normas do IFRS, o modelo de mensuração de provisão para operações de crédito se baseia nos conceitos de “perda incorrida”, que requer a identificação de evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o momento do reconhecimento do ativo financeiro.

O Banco avalia em cada data de balanço a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Um ativo ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas caso exista a evidência objetiva de perda, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (“evento de perda”) e se esse evento (ou eventos) de perda tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

Os critérios que o Banco utiliza para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável incluem:

- inadimplência nos pagamentos do principal ou juros;
- dificuldades financeiras do emissor (por exemplo, índice patrimonial ou porcentagem da receita líquida de vendas);
- violação de cláusulas ou termos de empréstimos;
- início de processo de falência;
- deterioração da posição competitiva do emissor;
- deterioração do valor da garantia; entre outros.

A política operacional exige a revisão dos ativos financeiros individuais que estão acima do limite de materialidade no mínimo uma vez por ano, ou mais frequentemente quando circunstâncias individuais assim o exigirem. Provisões para redução ao valor recuperável sobre contas individualmente avaliadas são determinadas através de uma avaliação caso a caso das perdas na data do balanço patrimonial. Esta avaliação inclui as garantias (incluindo as prováveis despesas decorrentes de todo o processo até a execução das garantias) e os recebimentos antecipados nesta conta individual.

Provisões para redução ao valor recuperável das operações coletivamente avaliadas são estabelecidas para: (i) carteiras de ativos homogêneos que individualmente estão abaixo dos limites de materialidade; e (ii) perdas que foram incorridas, mas ainda não identificadas, através do uso da experiência histórica e de julgamento embasado na experiência de especialistas.

O Banco avalia inicialmente se existe evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável alocada individualmente para ativos financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se não houver evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, seja significativo ou não, este é incluído num grupo de ativos financeiros com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os ativos que são individualmente avaliados e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável é ou continua a ser reconhecida não são incluídos na avaliação coletiva.

O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros, original do ativo. O valor contábil do ativo é reduzido através do uso de uma conta de provisão (reduzidora) e o montante da perda é reconhecido no resultado. O Banco pode mensurar a provisão para redução ao valor recuperável com base no valor justo do instrumento financeiro usando o preço de mercado observável.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de ativo financeiro para o qual exista garantia reflete os fluxos de caixa que podem ser resultantes da execução da garantia menos custos para obter e vender a garantia caso a execução da garantia seja provável ou não.

Para fins de avaliação coletiva de provisão para redução ao valor recuperável, os ativos financeiros são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros para os grupos de tais ativos por poderem representar um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos de acordo com as suas condições contratuais.

Os fluxos de caixa futuros num grupo de ativos financeiros que sejam coletivamente avaliados para fins de provisão para redução ao valor recuperável são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais de ativos no Banco e na experiência de perda histórica para os ativos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base na data corrente observável para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pelo Banco para reduzir a diferença entre estimativas de perda e a experiência de perda atual.

Quando um empréstimo ou recebível é incobrável, ele é baixado contra provisão para redução ao valor recuperável. Os valores de empréstimos e recebíveis recuperados após sua baixa são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado, em “outras receitas operacionais”.

Caso, num período subsequente, o montante de redução ao valor recuperável for diminuído e a diminuição estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorra após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável (tal como a melhoria de *rating* de crédito do devedor), a perda reconhecida anteriormente é revertida na conta de provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros com contrapartida na demonstração do resultado.

(B) EMPRÉSTIMOS RENEGOCIADOS

Os empréstimos sujeitos a avaliação por provisão para redução ao valor recuperável coletivamente ou que sejam individualmente significativos, e cujos termos e condições foram renegociados, não são considerados mais como vencidos, mas são tratados como novos empréstimos.

(C) ATIVOS CATEGORIZADOS COMO DISPONÍVEIS PARA VENDA

O Banco avalia em cada data de balanço a existência de evidências objetivas de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros estejam deteriorados. Um declínio significativo ou prolongado no valor justo de um ativo financeiro categorizado como disponível para venda abaixo do seu custo é considerado para determinar se os ativos estão deteriorados. Quando tal evidência objetiva existe para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa (que é mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos qualquer perda por “provisão para redução ao valor recuperável” anteriormente reconhecida no resultado) é reclassificada do patrimônio líquido e reconhecida no resultado. As perdas por “provisão para redução ao valor recuperável” reconhecidas no resultado para um investimento de um título patrimonial classificado como disponível para venda não são revertidas por meio do resultado.

2.7 RECEITAS E DESPESAS DE JUROS

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas dentro de “receitas de juros e rendimentos similares” e “despesas de juros e encargos similares” na demonstração

do resultado usando o método da taxa efetiva de juros, exceto aqueles mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro, exceto daqueles mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado, e para alocar a receita ou a despesa de juros no período relevante. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os recebimentos ou pagamentos futuros, sendo estimada na aquisição do instrumento financeiro considerando a expectativa de sua vigência ou que resulta no valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Banco estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo, opções de pagamentos antecipados), mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e os outros prêmios ou descontos.

Quando o valor de um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares for reduzido em decorrência de perda por redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida usando a taxa efetiva de juros, utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da “provisão para redução ao valor recuperável”.

2.8 RECEITA DE COMISSÕES NA VENDA DE SEGUROS

Receita de comissões é reconhecida conforme o regime contábil de competência no período em que os serviços são prestados.

2.9 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com prazo original igual ou inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor.

2.10 EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Ativos financeiros adquiridos com compromissos de revenda são registrados como empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e reconhecida ao longo do prazo do contrato com base na taxa efetiva de juros.

2.11 OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

As operações de crédito e arrendamento mercantil são demonstradas ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros. As taxas de origem de operações de crédito e arrendamento mercantil e certos custos de transação na data de aquisição são diferidos e reconhecidos como ajustes da receita financeira durante a vida das respectivas operações. A receita de juros é registrada segundo regime de competência e adicionada ao montante de principal das operações de crédito e arrendamento mercantil em cada período.

2.12 ATIVO IMOBILIZADO

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo custo histórico, deduzidos da depreciação. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam para o Grupo os benefícios econômicos futuros associados ao item e que seu custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens a seguir:

- móveis, utensílios e equipamentos: dez anos;
- veículos: cinco anos;
- sistema de processamento de dados: cinco anos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos recursos recebidos com o valor contábil e são reconhecidos no resultado.

2.13 ATIVOS INTANGÍVEIS

SOFTWARES

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos para aquisição de software são reconhecidos como intangíveis quando o mesmo pode ser vendido ou utilizado. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- a administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- o software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os valores reconhecidos como ativos intangíveis com vida útil finita (definida) são amortizados durante sua vida útil, estimada em cinco anos.

2.14 PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do Relatório.

2.15 PROVISÕES

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões relacionadas às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada pelo Grupo, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa que reflita as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

2.16 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10%, e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 15%, para instituições financeiras e equiparadas, e 9% para subsidiárias não financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

As despesas de IRPJ e CSLL são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resultam de uma transação registrada diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

As despesas com IRPJ e CSLL correntes são calculadas como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de CSLL e adições temporárias, são registrados na rubrica “créditos tributários”, e a provisão para as obrigações fiscais diferidas principalmente sobre superveniência de depreciação é registrada na rubrica “Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos”.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela administração.

2.17 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(A) OBRIGAÇÕES DE PENSÃO

A Volkswagen Serviços Ltda., empresa do Grupo, é uma das patrocinadoras do plano de previdência complementar administrado por entidade constituída para essa finalidade, a Volkswagen Previdência Privada. Como patrocinadora e solidária ao plano, a empresa é responsável por prover os recursos necessários à manutenção dos

planos previdenciários da Volkswagen Previdência Privada, que é patrocinada também pelas empresas Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda. e MAN Latin America Indústria e Comércio de Veículos Ltda. (essa última de forma não solidária). O Grupo possui um plano de previdência de contribuição variável, sendo de contribuição definida durante o processo de acumulação de recursos dos participantes. No momento de solicitar o benefício previdenciário, o participante pode escolher entre uma renda mensal vitalícia (parte de benefício definido do plano) ou uma renda mensal por percentual de saldo que pode variar de 0,5% a 1,5% do patrimônio do participante (parte de contribuição definida).

Um plano de benefício definido é um plano de pensão que define um valor para a pensão a ser paga, normalmente em virtude de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço ou compensação. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual o Grupo paga contribuições fixas a uma entidade separada (um fundo) e não terá obrigações legais ou implícitas de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios aos funcionários relativos ao serviço dos períodos correntes e anteriores.

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos, cujos prazos de vencimento aproximam-se dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de ajustes pela curva de aprendizagem, mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para os planos de contribuição definida, o Grupo paga contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, o Grupo não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal classificados como “despesas gerais e administrativas” na demonstração do resultado.

(B) BENEFÍCIOS DE RESCISÃO

Os benefícios de rescisão são pagos sempre que o vínculo empregatício do funcionário é encerrado antes da data normal de aposentadoria ou sempre que um funcionário aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A empresa reconhece os benefícios de rescisão quando está demonstravelmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários, segundo um plano formal e detalhado sem possibilidade de desistência ou com a concessão de benefícios de rescisão devido a uma oferta de demissão voluntária.

(C) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

Uma conta passiva para benefícios de funcionários, na forma de participação nos lucros, é reconhecida em “Outros passivos” como “Salários, gratificações e encargos a pagar” quando o Grupo está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

A expectativa é que as contas passivas de participação nos lucros e planos de bônus sejam liquidadas em até 12 meses e sejam medidas pelos valores pelos quais se espera que sejam quitadas.

2.18 DEPÓSITOS, OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES, DÍVIDA SUBORDINADA E OUTROS RECURSOS

São inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação, e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

2.19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(A) CAPITAL SOCIAL

O capital social é composto de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(B) RESERVA DE LUCROS

A reserva de lucros é composta das seguintes contas:

Subvenção de incentivos fiscais – refere-se à parcela do lucro líquido decorrente de subvenções para investimentos previstas em lei.

Reserva legal – objetiva exclusivamente aumentar o capital social ou a compensação de prejuízos.

Reserva especial de lucros – refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a destinação da reserva legal e pode ser utilizada para futuro aumento de capital social, absorção de prejuízos ou distribuição de dividendos.

(C) LUCRO POR AÇÃO

O Banco apresenta dados de lucro por ação básico, calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício.

(D) DIVIDENDOS A PAGAR

Dividendos sobre ações são reconhecidos no momento em que são aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. Por deliberação dos acionistas, não foram propostos dividendos relativos aos exercícios de 2010 e 2011.

2.20 NORMAS NOVAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi concretizada pelo Grupo, pois necessita de autorização expressa do Banco Central do Brasil.

- **Alterações ao IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Divulgações”** promoverá a transparência na divulgação das transações de transferência e melhorará o entendimento do usuário sobre a exposição ao risco associado a transferências de ativos financeiros, bem como sobre o efeito desses riscos na posição financeira da entidade, particularmente daqueles envolvendo securitização de ativos financeiros. A norma é aplicável para exercícios a partir de 1º de julho de 2011.

- O IAS 19 – “Benefícios a Empregados”, alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor; (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorrerem; (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado; e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A administração está avaliando o impacto total dessas alterações no Grupo. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- O IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a principal mudança é a de que, nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.
- O IFRS 10 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas” apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 10. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- O IFRS 11 – “Acordos em conjunto”, emitida em maio de 2011. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto – que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado – ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- O IFRS 12 – “Divulgação de participação em outras entidades” trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- O IFRS 13 – “Mensuração de valor justo”, emitida em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. O Grupo ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(A) PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

O Banco examina sua carteira de crédito com o objetivo de avaliar possíveis perdas, pelo menos a cada mês. Ao determinar se uma perda/provisão para redução ao valor recuperável deve ser registrada na demonstração do resultado, o Banco avalia a existência ou não de dados observáveis que indiquem uma diminuição mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados de uma carteira de empréstimos antes que a diminuição possa ser identificada em uma operação isolada naquela carteira. Esta evidência pode incluir dados observáveis indicando que houve uma mudança adversa na situação dos pagamentos de devedores em um determinado subportfólio. O Banco usa estimativas baseadas na experiência histórica de perda em ativos com características de risco de crédito similares aos da sua carteira para projetar os fluxos de caixa futuros.

(B) VALOR JUSTO DE DERIVATIVOS E OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são cotados em mercados ativos é determinado através de técnicas de avaliação (por exemplo, modelos) que são validadas e periodicamente revisadas por pessoal qualificado independentemente da área que as criou. Antes de serem utilizados, todos os modelos são certificados e validados para assegurar que os resultados reflitam dados reais e preços de mercado comparativos.

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa) e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

Com o intuito de obter sinergia ao longo do processo de gerenciamento dos riscos financeiros, o Grupo conta com os comitês funcionais de Crédito e Cobrança e de Tesouraria.

A estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo permite que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, envolvendo os comitês funcionais e a alta administração.

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O Grupo está exposto ao risco de crédito, que é o risco pelo qual uma contraparte causa perda financeira ao falhar na liquidação de uma obrigação. Mudanças significativas na economia ou na saúde financeira de um segmento específico de atividade econômica que represente uma concentração na carteira mantida pelo Grupo podem resultar em perdas que são diferentes daquelas provisionadas na data do balanço patrimonial. Portanto, a administração controla cuidadosamente a exposição ao risco de crédito.

Exposições a esse tipo de risco decorrem principalmente de operações de crédito diretas, indiretas (repasses por meio de agentes financeiros) e de outros instrumentos financeiros. Há também o risco de crédito em acordos financeiros não registrados no balanço patrimonial, como compromissos de empréstimo. O controle e a gestão dos riscos de crédito são realizados pela área de Riscos.

As operações do Grupo são cursadas basicamente no mercado brasileiro, em reais.

Para os ativos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual ao seu valor contábil. Para as garantias financeiras concedidas, a exposição máxima ao risco de crédito é o montante máximo que o Banco teria de pagar se as garantias fossem exigidas. Para as linhas de crédito, a exposição máxima ao risco de crédito é o montante total das linhas comprometidas.

A tabela a seguir mostra a exposição máxima para risco de crédito, antes de considerar as garantias e após provisões para redução ao valor recuperável, apresentada pelo valor líquido quando adequado.

EXPOSIÇÃO MÁXIMA AO RISCO DE CRÉDITO

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Disponibilidades	15.131	23.638
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	713.091	443.427
Instrumentos financeiros derivativos	45.865	-
Operações de crédito e arrendamento mercantil	20.314.452	17.039.008
Outros ativos	163.683	176.201
	21.252.222	17.682.274
Outras garantias prestadas	4.649	30.713
Linhas de crédito	862.570	942.007
Total da exposição máxima ao risco de crédito	22.119.441	18.654.994

4.1.1 MENSURAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

(A) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

Ao mensurar o risco de crédito e operações de crédito e arrendamento mercantil, o Banco considera três componentes com relação à contraparte: (i) a probabilidade de inadimplência por parte do cliente ou contraparte com respeito às suas obrigações contratuais; (ii) as exposições atuais com a contraparte; e (iii) o provável índice de perdas por inadimplência (obrigações não cumpridas) líquidas de recuperações.

(i) Para fins de avaliação de probabilidade de inadimplência, o Banco segmenta as operações de sua carteira de crédito entre *Retail* e *Corporate*. No segmento *Retail* a probabilidade de inadimplência é avaliada segundo critérios estatísticos baseados no histórico de taxas de inadimplência. Para o segmento *Corporate* o Banco avalia a probabilidade de inadimplência de contrapartes por meio de ferramentas que foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística com a análise de demonstrativos financeiros pela equipe de crédito. A escala de classificação mostrada abaixo reflete as várias probabilidades de inadimplência para cada classificação. Isso significa que, em princípio, as exposições migram entre as categorias, e a avaliação da probabilidade de inadimplência também muda. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, o Banco valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

CLASSIFICAÇÕES INTERNAS

Classificação	Descrição do grau de risco
1	Capacidade de pagamento muito boa
2	Capacidade de pagamento muito boa a boa
3	Capacidade de pagamento boa
4	Capacidade de pagamento boa a satisfatória
5	Capacidade de pagamento satisfatória
6	Capacidade de pagamento satisfatória a suficiente
7	Capacidade de pagamento suficiente a insatisfatória
8	Capacidade de pagamento insatisfatória
9	Capacidade de pagamento insatisfatória a insuficiente
10	Inadimplência I
11	Inadimplência II
12	Inadimplência III

(ii) As exposições atuais com a contraparte baseiam-se nos saldos devidos ao Banco.

(iii) O provável índice de perdas por inadimplência, líquidas de recuperações, considera todo o valor inadimplente deduzido das garantias e acrescido das prováveis despesas decorrentes de todo o processo até a execução dessas garantias.

(B) DEMAIS OPERAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO

A política de risco de crédito para aplicações segue os parâmetros estabelecidos pela matriz Volkswagen Financial Services AG (VWFS AG), que estabelece que os recursos disponíveis em caixa somente podem ser investidos em bancos de primeira linha previamente aprovados e com limites individuais também predefinidos pela VWFS AG.

As disponibilidades, empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito e instrumentos financeiros derivativos estão mantidos junto a instituições financeiras com *rating* AA e A.

As captações possuem uma estratégia definida em que se busca a diversificação de fontes *funding* como forma de garantir a liquidez do Banco, além da redução dos custos atribuídos a essas fontes.

Os instrumentos financeiros são utilizados pelo Banco de forma a otimizar o gerenciamento de seus ativos e passivos dentro dos limites estabelecidos pela Matriz (Assets Liabilities Management – ALM).

4.1.2 CONTROLE DO LIMITE DE RISCO E POLÍTICAS DE MITIGAÇÃO

O Banco administra, limita e controla concentrações de risco de crédito particularmente, em relação a contrapartes e grupos individuais. A administração estrutura os níveis de risco que assume a grupos de devedores, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes, quando necessário, e são aprovados pelas alçadas competentes.

A exposição ao risco de crédito é também administrada através de análise regular dos tomadores, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração do limite quando apropriado.

Uma das formas de mitigação de risco de crédito é a tomada de garantias sobre a liberação de recursos. O Banco implementa orientações sobre a aceitação de classes específicas de garantias ou mitigação do risco de crédito. Os principais tipos de garantias para operações de crédito são:

- alienações fiduciárias;
- penhor mercantil;
- hipotecas;
- Certificados de Depósitos Bancário (CDBs);
- cartas de fiança.

A ferramenta interna de classificação auxilia o Banco a determinar a evidência objetiva de provisão para redução ao valor recuperável, com base nos critérios descritos na nota 2.6 (a).

4.1.3 OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

O saldo das operações de crédito e arrendamento mercantil está resumido abaixo. Para essas operações, o Grupo detém garantias e outras melhorias de crédito, as quais são demonstradas abaixo:

Operações de crédito e arrendamento mercantil	Valor contábil	Em 31 de dezembro de 2011		
		Tipo de garantia		
		Hipotecária	Fiduciária	Total
Não vencidos e sem evento de perda (a)	18.287.972	585.547	14.333.763	14.919.310
Vencidos sem evento de perda (b)	1.736.438	–	1.627.124	1.627.124
Com evento de perda (c)	917.415	6.574	812.631	819.205
Valor bruto	20.941.825	592.121	16.773.518	17.365.639
Menos – provisão para redução ao valor recuperável	(627.373)			
Valor líquido	20.314.452			

Operações de crédito e arrendamento mercantil	Valor contábil	Em 31 de dezembro de 2010		
		Tipo de garantia		
		Hipotecária	Fiduciária	Total
Não vencidos e sem evento de perda (a)	15.876.619	518.284	12.796.245	13.314.529
Vencidos sem evento de perda (b)	987.401	–	913.479	913.479
Com evento de perda (c)	703.250	9.784	620.790	630.574
Valor bruto	17.567.270	528.068	14.330.514	14.858.582
Menos – provisão para redução ao valor recuperável	(528.262)			
Valor líquido	17.039.008			

(A) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL NÃO VENCIDAS E SEM EVENTO DE PERDA

A qualidade das operações classificadas nessa categoria é avaliada por referência ao sistema interno de classificação adotado pelo Banco, definido na nota 4.1.1(a)(i). Em 31 de dezembro de 2011, aproximadamente 29,03% (2010 – 94,21%) estavam classificadas entre os níveis de *rating* 1 a 4, aproximadamente 58,10% (2010 – 5,79%) estavam entre os níveis de *rating* 5 a 6 e 12,87% (2010 – nil) estavam classificados entre os níveis de *rating* 7 a 9, evidenciando a adequação e a consistência da política de avaliação de crédito do Banco.

Em comparação a 2010, houve uma mudança de *ratings* oriunda de um novo modelo para os clientes *Corporate*. Clientes com repetição e/ou novos negócios foram reavaliados e refletiram níveis de risco adequados com o novo modelo, implicando melhor distribuição da classificação de risco desses clientes, não gerando efeito na provisão para redução ao valor recuperável.

(B) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL VENCIDAS SEM EVENTO DE PERDA

Demonstramos abaixo a análise por faixa de dias vencidos dos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil que não estão marcados como deteriorados na análise coletiva e que não estão sujeitos a perda por redução no valor recuperável pela análise individual.

Para efeitos desta análise, um ativo é considerado em atraso e incluído no quadro abaixo quando qualquer pagamento é recebido em atraso ou não recebido sob estritas condições contratuais. O montante incluído nesta categoria refere-se ao ativo financeiro total, ou seja, não apenas à parcela em atraso, mas ao valor contratual acrescido de juros.

As operações de crédito e arrendamento mercantil para os clientes que não são individualmente significativos e que não tenham sido classificados como deteriorados estão sendo apresentadas nesta categoria.

As operações de crédito e arrendamento mercantil individualmente significativos podem ser apresentadas nesta categoria quando, após realizada a análise individual, não foi identificada necessidade de constituição de perda por redução ao valor recuperável individual e, dessa forma, o mesmo é direcionado para a análise de perda coletiva.

Em 31 de dezembro de 2011

	Operações de crédito	Arrendamento mercantil	Total
Vencidos de 1 a 30 dias	1.243.399	99.811	1.343.210
Vencidos de 31 a 60 dias	254.454	27.386	281.840
Vencidos de 61 a 90 dias	106.844	4.544	111.388
	1.604.697	131.741	1.736.438

Em 31 de dezembro de 2010

	Operações de crédito	Arrendamento mercantil	Total
Vencidos de 1 a 30 dias	662.697	111.551	774.248
Vencidos de 31 a 60 dias	116.809	24.364	141.173
Vencidos de 61 a 90 dias	63.230	8.750	71.980
	842.736	144.665	987.401

(C) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL COM EVENTO DE PERDA

Apresentamos, abaixo, a análise do valor bruto das operações de crédito e arrendamento mercantil deteriorados (*impaired*), definidos por operações vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram outras evidências objetivas de redução ao seu valor recuperável.

	Em 31 de dezembro de 2011		Em 31 de dezembro de 2010	
	Operações de crédito	Arrendamento mercantil	Operações de crédito	Arrendamento mercantil
<i>Impaired</i> – coletivo	684.064	64.392	435.330	109.380
<i>Impaired</i> – individual	86.144	82.815	107.015	51.525
	770.208	147.207	542.345	160.905

(D) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL POR RAMO DE ATIVIDADE

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Rural	35.827	28.646
Indústria	1.060.011	860.777
Comércio	5.482.886	4.322.013
Intermediário financeiro	4.224	1.797
Serviços	7.228.176	5.870.595
Pessoas físicas	7.120.763	6.477.338
Habitação	9.938	6.104
	20.941.825	17.567.270

(E) CONCENTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

	31 de dezembro			
	2011	%	2010	%
Dez maiores devedores	717.091	3,4	562.516	3,2
Cinquenta seguintes maiores devedores	1.403.725	6,8	1.246.910	7,1
Cem seguintes maiores devedores	1.336.187	6,4	1.135.483	6,5

(F) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL RENEGOCIADOS

O saldo em 2011 das operações de crédito e arrendamento mercantil renegociados é de R\$ 177.581 (2010 – R\$ 196.489).

(G) BENS RETOMADOS

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse. Os ativos recebidos quando da execução das operações de crédito e arrendamento mercantil, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil das operações de crédito e arrendamento mercantil.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para redução ao valor recuperável, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado.

Os saldos de bens retomados vinculados a operações de crédito e arrendamento mercantil estão apresentados abaixo:

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Veículos		
Valor inicial do bem	14.176	11.041
Menos – provisão para redução ao valor recuperável	(5.410)	(6.790)
Valor líquido	8.766	4.251

4.2 RISCO DE MERCADO

Risco de mercado é o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da oscilação de preços e taxas de mercado em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posições detidas pelo Banco. São classificadas como fonte de risco de mercado as operações sujeitas à variação das taxas de câmbio e das taxas de juros.

As carteiras são segregadas de acordo com a natureza e as características de suas operações:

- carteira de negociação: é composta de operações com instrumentos financeiros, detidas com intenção de negociação, objetivando alcançar resultado positivo na negociação de tais instrumentos financeiros;
- carteira de não negociação: é composta de operações com instrumentos financeiros, detidas até o vencimento, sem intenção de negociação.

Devido à natureza e característica de suas atividades, o Banco não possui operações integrantes da carteira de negociação.

4.2.1 TÉCNICAS DE MENSURAÇÃO DO RISCO DE MERCADO

(A) VALOR EM RISCO (*VALUE AT RISK*)

O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Ele expressa o valor “máximo” que o Banco pode perder levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (1%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um “período de manutenção das posições” (dez dias). Além disso, pressupõe também que a movimentação ocorrida ao longo desse período seguirá um padrão similar ao das movimentações que tenham ocorrido ao longo de períodos de dez dias no passado. O VaR é utilizado para a mensuração de risco das operações financeiras da carteira de não negociação sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real e TJLP. Esses limites são diariamente monitorados pela Tesouraria.

(B) TESTES DE ESTRESSE

O teste de estresse consiste em quantificar a perda de uma carteira caso uma situação adversa de mercado específica ocorra. Em conformidade com a Circular 3.356, mensalmente a área de Risco de Mercado realiza os testes de estresse conforme determinação do Banco Central do Brasil. Em complemento a esses cenários, trimestralmente são realizados testes de estresse considerando cenários históricos e hipotéticos, os quais são apresentados ao Comitê de Tesouraria.

4.2.2 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

(A) CARTEIRA DE NÃO NEGOCIAÇÃO – METODOLOGIA *VALUE AT RISK* (VaR)

	12 meses findos em 31 de dezembro de 2011			12 meses findos em 31 de dezembro de 2010		
	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo
Risco de taxa de juros prefixadas e TJLP	14.208	23.689	5.740	11.367	18.673	5.393
VaR total	14.208	23.689	5.740	11.367	18.673	5.393

4.2.3 RISCO DE CÂMBIO

O Banco está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado através da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. O Banco controla a exposição a esse fator de risco através da atuação nos mercados de derivativos cambiais. Como resultado dessa atividade, a exposição tem sido consideravelmente inferior a 5% do Patrimônio de Referência, o que implica parcela de capital alocado para o risco de câmbio com valor igual a zero, conforme normativos do Banco Central do Brasil.

(A) POLÍTICA DE RISCO CAMBIAL E HEDGE ACCOUNTING

A política de risco cambial e *hedge accounting* segue a política estabelecida pela Matriz, que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional.

O Banco administra seu risco cambial decorrente de operações de empréstimos em moeda estrangeira através de instrumentos derivativos (*swaps*) com objetivo de eliminar o risco cambial de seus livros (*hedge accounting*).

(B) CONCENTRAÇÕES DE RISCO DE MOEDA – INSTRUMENTOS FINANCEIROS REGISTRADOS E NÃO REGISTRADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL

A tabela abaixo resume a exposição do Banco ao risco de taxa de câmbio, incluindo os instrumentos financeiros derivativos ao valor justo, categorizados por moeda.

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
	Euros	Euros
Ativo		
Instrumentos financeiros derivativos	1.797.176	964.757
Total de ativos financeiros	1.797.176	964.757
Passivo		
Empréstimo no exterior	1.797.176	964.757
Total de passivos financeiros	1.797.176	964.757
Total de ativos – derivativos	45.865	–
Total de passivos – derivativos	(27.820)	(37.359)
Posição financeira líquida registrada no balanço patrimonial	18.045	(37.359)

4.2.4 EXPOSIÇÃO FINANCEIRA

	Em 31 de dezembro de 2011		Em 31 de dezembro de 2010	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Fatores de risco				
Prefixado	14.504.140	7.443.630	13.190.824	7.139.426
Pós-fixado	2.921.401	4.998.542	3.300.731	4.174.038
TJLP	4.205.947	4.097.148	2.406.812	2.304.182
Euro	-	1.824.995	-	1.002.116
	21.631.488	18.364.315	18.898.367	14.619.762

4.3 RISCO DE LIQUIDEZ

Esse risco consiste na possibilidade de o Grupo não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

4.3.1 PROCESSO DE GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O gerenciamento de risco de liquidez é realizado diariamente pela área de Risco. Há limites estabelecidos (colchão de liquidez) na política de risco de liquidez do Banco e, caso estes sejam extrapolados, é realizado o reporte ao Comitê de Tesouraria. São elaborados diariamente relatórios como: fluxo de caixa, projeção de caixa para os próximos 90 dias e caixa efetivo *versus* limite estabelecido, os quais são disponibilizados à Tesouraria para tomada de decisão.

4.3.2 ABORDAGEM DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A Tesouraria do Grupo tem como principal objetivo prover liquidez para assegurar que suas obrigações financeiras sejam cumpridas, garantindo a sustentabilidade do negócio através da diversificação de suas fontes de captação.

4.3.3 FLUXOS DE CAIXA PARA INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar de acordo com ativos e passivos financeiros, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas.

Em 31 de dezembro de 2011

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Disponibilidades	15.131	–	–	–	15.131
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	713.383	–	–	–	713.383
Instrumentos financeiros derivativos	–	8.619	–	–	8.619
Operações de crédito e arrendamento mercantil	4.782.722	6.686.197	10.931.540	7.220	22.407.679
Outros ativos	163.683	–	–	–	163.683
Ativo	5.674.919	6.694.816	10.931.540	7.220	23.308.495
Depósitos	1.467.321	2.969.304	2.657.043	–	7.093.668
Obrigações por empréstimos e repasses	885.264	3.353.091	7.377.545	4.788	11.620.688
Instrumentos financeiros derivativos	17.687	74.483	34.996	–	127.166
Outros passivos	273.335	40.204	–	–	313.539
Dívida subordinada	–	–	602.368	2.727.316	3.329.684
Passivo	2.643.607	6.437.082	10.671.952	2.732.104	22.484.745

Em 31 de dezembro de 2010

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Disponibilidades	23.638	–	–	–	23.638
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	407.576	–	–	–	407.576
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	–	–
Operações de crédito e arrendamento mercantil	4.496.941	5.973.392	10.416.143	14.302	20.900.778
Outros ativos	176.201	–	–	–	176.201
Ativo	5.104.356	5.973.392	10.416.143	14.302	21.508.193
Depósitos	1.811.278	3.672.545	1.080.936	–	6.564.759
Obrigações por empréstimos e repasses	708.162	2.118.211	6.435.089	3.942	9.265.404
Instrumentos financeiros derivativos	35.483	70.828	117.678	–	223.989
Outros passivos	223.146	92.509	–	–	315.655
Dívida subordinada	–	–	592.559	388.919	981.478
Passivo	2.778.069	5.954.093	8.226.262	392.861	17.351.285

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos de empréstimo em aberto incluem disponibilidades, empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito, títulos e valores mobiliários, operações de crédito e arrendamento mercantil. A administração também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.

4.4 VALOR JUSTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Grupo utiliza a hierarquia a seguir:

- **NÍVEL 1:** preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação.
- **NÍVEL 2:** preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação para as quais todos os *inputs* significativos são baseados nos dados de mercados observáveis.
- **NÍVEL 3:** técnicas de avaliação para as quais qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercados observáveis.

Para a precificação a valor justo dos seus instrumentos financeiros derivativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo, o Grupo utiliza-se do nível 2 na hierarquia acima, isto é, preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes.

COMPARATIVO DO VALOR CONTÁBIL E VALOR JUSTO

A tabela a seguir demonstra o valor contábil dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial do Grupo e seus respectivos valores justos:

	Em 31 de dezembro de 2011	
	Valor contábil	Valor justo
Disponibilidades (a)	15.131	15.131
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito (a)	713.091	713.091
Instrumentos financeiros derivativos (b)	45.865	45.865
Operações de crédito e arrendamento mercantil (c)	20.314.452	20.221.766
Outros ativos (a)	163.683	163.683
Total de ativos financeiros	21.252.222	21.159.536
Captações com bancos (d)	3.661.441	3.690.776
Depósitos a prazo (d)	2.640.801	2.647.228
Obrigações por empréstimos e repasses (a)	8.855.852	8.855.852
Empréstimo no exterior (b)	1.797.176	1.797.176
Instrumentos financeiros derivativos (b)	27.820	27.820
Dívida subordinada (e)	1.511.490	1.511.490
Outros passivos (a)	376.411	376.411
Total de passivos financeiros	18.870.991	18.906.753

	Em 31 de dezembro de 2010	
	Valor contábil	Valor justo
Disponibilidades (a)	23.638	23.638
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito (a)	443.427	443.427
Operações de crédito e arrendamento mercantil (b)	17.039.008	17.128.412
Outros ativos (a)	176.201	176.201
Total de ativos financeiros	17.682.274	17.771.678
Captações com bancos (d)	3.421.863	3.426.752
Depósitos a prazo (d)	2.590.742	2.590.905
Obrigações por empréstimos e repasses (a)	7.544.159	7.544.159
Empréstimo no exterior (b)	964.757	964.757
Instrumentos financeiros derivativos (b)	37.359	37.359
Dívida subordinada (e)	599.404	599.404
Outros passivos (a)	315.655	315.655
Total de passivos financeiros	15.473.939	15.478.991

(a) O valor contábil aproxima-se do valor justo devido à característica de curto prazo desses instrumentos financeiros.

(b) O valor contábil de instrumentos financeiros derivativos utilizados para *hedge* bem como dos itens objetos de *hedge* corresponde ao valor justo desses instrumentos financeiros.

(c) Para operações de crédito à taxa variável, o valor contábil aproxima-se do valor justo. Para operações de crédito e arrendamento mercantil à taxa fixa, o valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual de juros praticada pelo Banco para operações similares.

(d) O valor contábil das captações com bancos e depósitos a prazo à taxa variável aproxima-se do seu valor justo. Para as captações com bancos e depósitos a prazo à taxa fixa, o valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual de juros na captação de operações similares pelo Banco.

(e) O valor justo das dívidas subordinadas foi baseado em estudos macroeconômicos para determinação das taxas fixas de juros dessas operações de longo prazo. O valor contábil aproxima-se do valor justo devido a similaridade das premissas macroeconômicas de longo prazo utilizadas na determinação das taxas e atual.

4.5 GESTÃO DE CAPITAL

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pelo Banco, através de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Comitê Basileia, na forma implementada pelo Banco Central do Brasil, para fins de supervisão. As informações exigidas são mensalmente submetidas ao órgão competente.

O capital regulatório do Banco está dividido em dois níveis:

(A) **PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I:** capital social, lucros acumulados e reservas criadas por apropriação de lucros acumulados. O valor contábil do ajuste ao valor de mercado – instrumentos financeiros derivativos – é reclassificado para o nível II; e

(B) **PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II:** dívida subordinada qualificada nos termos de núcleo de subordinação, com resgate final no vencimento, devidamente aprovada pelo Banco Central do Brasil, e ajuste ao valor de mercado – instrumento financeiro derivativo.

Os ativos ponderados pelo risco são determinados de acordo com a natureza de cada ativo e sua contrapartida, além de refletirem uma estimativa de riscos de crédito, mercado e outros riscos associados. Um tratamento similar é adotado para exposição não registrada contabilmente, com alguns ajustes efetuados para refletir a natureza, mais contingente das perdas potenciais.

O risco operacional foi calculado pelo método da abordagem padronizada alternativa.

Apresentamos a evolução do Patrimônio de Referência Exigido para o Banco:

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Capital de nível I		
Capital social	1.307.883	907.883
Reservas bancárias em geral	679.319	949.763
Total de capital qualificado para nível I	1.987.202	1.857.646
Capital de nível II		
Instrumentos de dívidas subordinadas	987.904	476.481
Ajuste de avaliação patrimonial	-	30
Total de capital qualificado para nível II	987.904	476.511
Total de capital regulatório	2.975.106	2.334.157
Ativos ponderados pelo risco		
Exposição Ponderada pelo Risco – EPR	20.532.788	17.665.745
Patrimônio de Referência Exigido – PRE	2.344.770	2.014.480
Parcela Exposição Ponderada por fator de Risco – PEPR	2.258.607	1.943.232
Parcela Risco Operacional – POPR	70.143	55.960
Risco da carteira de não negociação Risco Banking – RBAN	16.020	15.288
Valor da margem	630.336	319.677
Índice de Basileia	14,10%	12,85%

4.6 BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZOS

O balanço por prazo contratual de vencimento está abaixo apresentado:

31 de dezembro de 2011					
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo					
Disponibilidades	15.131	–	–	–	15.131
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	713.091	–	–	–	713.091
Instrumentos financeiros derivativos	–	34.227	11.638	–	45.865
Operações de crédito e arrendamento mercantil	4.254.139	6.134.786	9.925.527	–	20.314.452
Créditos tributários	–	–	813.070	–	813.070
Ativos fiscais	11.382	164.224	45.724	–	221.330
Outros ativos	178.240	43.468	344.931	–	566.639
Outros valores e bens	9.172	–	7.500	–	16.672
Imobilizado	–	–	–	25.393	25.393
Intangível	–	–	–	6.673	6.673
Total ativo	5.181.155	6.376.705	11.148.390	32.066	22.738.316
Passivo					
Depósitos	1.448.528	2.792.013	2.061.701	–	6.302.242
Obrigações por empréstimos e repasses	1.022.529	3.049.267	6.581.232	–	10.653.028
Instrumentos financeiros derivativos	21.259	–	6.561	–	27.820
Tributos a recolher	8.589	–	38.127	–	46.716
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	11.968	179.336	–	–	191.304
Outros passivos	332.551	40.204	64.029	–	436.784
Provisões para passivos contingentes e obrigações tributárias	52	4.756	694.507	–	699.315
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	–	–	657.704	–	657.704
Dívida subordinada	–	–	1.511.490	–	1.511.490
Capital social de domiciliados no país	–	–	–	1.307.883	1.307.883
Reservas de lucros	–	–	–	875.609	875.609
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	28.421	28.421
Total passivo	2.845.476	6.065.576	11.615.351	2.211.913	22.738.316

31 de dezembro de 2010

	Até 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo					
Disponibilidades	23.638	–	–	–	23.638
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	395.049	48.378	–	–	443.427
Operações de crédito e arrendamento mercantil	3.723.442	5.152.062	8.163.504	–	17.039.008
Créditos tributários	–	–	799.266	–	799.266
Ativos fiscais	66.499	31.776	64.359	–	162.634
Outros ativos	181.362	109.977	174.179	–	465.518
Outros valores e bens	4.659	–	7.704	–	12.363
Imobilizado	–	–	–	17.262	17.262
Intangível	–	–	–	8.582	8.582
Total ativo	4.394.649	5.342.193	9.209.012	25.844	18.971.698
Passivo					
Depósitos	1.792.190	3.306.106	914.309	–	6.012.605
Obrigações por empréstimos e repasses	609.777	2.142.255	5.756.884	–	8.508.916
Instrumentos financeiros derivativos	913	2.112	34.334	–	37.359
Tributos a recolher	44.691	–	–	–	44.691
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	93.606	–	–	–	93.606
Outros passivos	143.013	151.179	79.053	–	373.245
Provisões para passivos contingentes e obrigações tributárias	45	25.000	592.243	–	617.288
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	–	–	683.835	–	683.835
Dívida subordinada	–	–	599.404	–	599.404
Capital social de domiciliados no país	–	–	–	907.883	907.883
Reservas de lucros	–	–	–	1.082.002	1.082.002
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	30	30
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	10.834	10.834
Total passivo	2.684.235	5.626.652	8.660.062	2.000.749	18.971.698

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

(A) ATIVOS APRESENTADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2011	Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao valor justo	Derivativos utilizados para hedge	Disponível para venda	Total
Disponibilidades	15.131	–	–	–	15.131
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	713.091	–	–	–	713.091
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	45.865	–	45.865
Operações de crédito e arrendamento mercantil	20.314.452	–	–	–	20.314.452
Outros ativos	163.683	–	–	–	163.683
	21.206.357	–	45.865	–	21.252.222

31 de dezembro de 2010	Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao valor justo	Derivativos utilizados para hedge	Disponível para venda	Total
Disponibilidades	23.638	–	–	–	23.638
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	443.427	–	–	–	443.427
Operações de crédito e arrendamento mercantil	17.039.008	–	–	–	17.039.008
Outros ativos	176.201	–	–	–	176.201
	17.682.274	–	–	–	17.682.274

(B) PASSIVOS APRESENTADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2011	Mensurados ao valor justo	Outros passivos financeiros	Total
Captações com bancos	–	3.661.441	3.661.441
Depósitos a prazo	–	2.640.801	2.640.801
Obrigações por empréstimos e repasses	–	8.855.852	8.855.852
Empréstimo no exterior (i)	1.797.176	–	1.797.176
Instrumentos financeiros derivativos	27.820	–	27.820
Dívida subordinada	–	1.511.490	1.511.490
Outros passivos	–	376.411	376.411
	1.824.996	17.045.995	18.870.991

Em 31 de dezembro de 2010	Mensurados ao valor justo	Outros passivos financeiros	Total
Captações com bancos	–	3.421.863	3.421.863
Depósitos a prazo (i)	–	2.590.742	2.590.742
Obrigações por empréstimos e repasses	–	7.544.159	7.544.159
Empréstimo no exterior (i)	964.757	–	964.757
Instrumentos financeiros derivativos	37.359	–	37.359
Dívida subordinada	–	599.404	599.404
Outros passivos	–	315.655	315.655
	1.002.116	14.471.823	15.473.939

(i) Mensurado ao valor justo por se tratar de item objeto de *hedge*.

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Disponibilidades	15.131	23.638
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito (Nota 7)	713.086	389.092
	728.217	412.730

7 EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Aplicações no mercado aberto – operações compromissadas (i)	713.086	389.092
Aplicações no mercado aberto – outros	–	36.206
CDBs – Certificados de Depósitos Bancários (ii)	5	18.129
	713.091	443.427

(i) As operações compromissadas que compõem as aplicações no mercado aberto possuem vencimento de até 30 dias, são garantidas por títulos do governo brasileiro e efetuadas com instituições de primeira linha.

(ii) Representados por aplicações em Certificados de Depósito Bancário, com rendimento indexado pelo CDI e vencimento até 2013, porém com liquidez imediata. O valor justo e o custo amortizado para estas operações, nas datas-bases, são semelhantes.

8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Grupo usa os seguintes instrumentos derivativos:

Swaps de moeda e taxa de juros são compromissos de troca de um conjunto de fluxos de caixa por outro e resultam em uma troca econômica de moedas ou taxas de juros (por exemplo, fixa ou variável) ou em uma combinação das mesmas (ou seja, *swaps* de moeda e de taxa de juros). Não ocorre a troca do principal, exceto em certos *swaps* de moeda. O risco de crédito do Banco representa o custo potencial para repor os contratos de *swap* se as contrapartes não cumprirem suas obrigações. Esse risco é continuamente monitorado com relação ao valor justo atual, à proporção do valor nominal dos contratos e à liquidez do mercado. Para controlar o nível do risco de crédito assumido, o Banco avalia as contrapartes dos contratos conforme descrito na Nota 4.1.1 (b).

Os valores nominais de certos tipos de instrumentos financeiros fornecem uma base de comparação com instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial, embora não necessariamente indiquem os valores de fluxos de caixa futuros envolvidos ou o valor justo atual dos instrumentos e, portanto, não indicam a exposição aos riscos de crédito ou preço. Os instrumentos derivativos tornam-se favoráveis (ativos) ou desfavoráveis (passivos) em decorrência de flutuações nas taxas de juros do mercado ou nas taxas de câmbio relativas aos termos de seus contratos.

Assim, os derivativos são utilizados para adequar a composição e a volatilidade das posições cambiais e de taxas de juros do passivo financeiro externo do Banco, com vistas a tornar o produto de crédito “cesta de moedas”, representativo da composição da exposição cambial externa do Banco, mais atrativo aos tomadores de recursos.

Em virtude do perfil das operações passivas do Banco, as operações de proteção financeira têm sido realizadas no mercado de balcão e registradas na Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip).

HEDGE CONTÁBIL

Em 31 de dezembro, o portfólio de derivativos é formado por *swap* de variação cambial classificado como *hedge* de valor de mercado com valor nominal de R\$ 1.681.958 (2010 – R\$ 970.153) e com vencimento até 2013, para operação prefixada em euro *versus* prefixada ou DI pós-fixado, com objetivo de proteger a exposição da captação em empréstimos no exterior; e por *swap* de taxa de juros classificado como *hedge* de fluxo de caixa resgatado em fevereiro de 2011, cujo valor nominal era de R\$ 202.000 (2010 – R\$ 202.000) para operação DI pós-fixado *versus* prefixado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de *hedge*.

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Hedge de valor justo		
Receitas(despesas) provenientes do risco protegido do objeto de <i>hedge</i> (euro)	(141.589)	5.396
Receitas(despesas) do instrumento de <i>hedge</i> referente à parcela do risco protegido (euro)	141.558	(5.322)
Parcela inefetiva do <i>hedge</i> de valor justo	(31)	74
Receitas(despesas) do instrumento de <i>hedge</i> referente ao risco assumido (pré ou pós-fixada)	(162.334)	(32.835)
Resultado com <i>hedge</i> de valor justo	(162.365)	(32.761)
Hedge de fluxo de caixa		
Receitas(despesas) do instrumento de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	126	(1.128)
Resultado com <i>hedge</i> contábil (Nota 21)	(162.239)	(33.889)
Componentes de outros resultados abrangentes		
<i>Hedge</i> de fluxos de caixa		
Ajuste a valor de mercado do <i>swap</i>	-	214
Ajuste a valor de mercado do objeto <i>hedge</i>	-	(164)
Efeito líquido do <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	50
Imposto de Renda relacionado aos componentes do resultado abrangente	-	(20)
Resultado abrangente do exercício, líquido de Imposto de Renda	-	30

9 OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

Operações de crédito e arrendamento mercantil – por classe	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
CDC – Crédito Direto ao Consumidor	8.370.619	6.771.528
BNDES Finame	8.481.862	6.848.867
Arrendamento mercantil	964.352	1.418.417
Crédito rotativo e capital de giro	2.988.946	2.406.059
Outros (i)	136.046	122.399
Valor bruto	20.941.825	17.567.270
Menos – provisão para redução ao valor recuperável	(627.373)	(528.262)
Valor líquido	20.314.452	17.039.008

(A) MOVIMENTAÇÃO DA CONTA DE PROVISÃO PARA PERDAS EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	Saldo inicial 1º/1/2011	Baixas	Constituição (reversão)	Saldo final 31/12/2011
CDC – Crédito Direto ao Consumidor	134.183	(156.546)	179.360	156.997
BNDES Finame	245.370	(85.341)	163.724	323.753
Arrendamento mercantil	83.993	(2.058)	5.835	87.770
Crédito rotativo e capital de giro	52.728	(14.506)	13.041	51.263
Outros	11.988	–	(4.398)	7.590
	528.262	(258.451)	357.562	627.373

	Saldo inicial 1º/1/2010	Baixas	Constituição (reversão)	Saldo final 31/12/2010
CDC – Crédito Direto ao Consumidor	126.331	(143.438)	151.290	134.183
BNDES Finame	199.493	(105.342)	151.219	245.370
Arrendamento mercantil	102.836	(2.935)	(15.908)	83.993
Crédito rotativo e capital de giro	56.027	(10.759)	7.460	52.728
Outros	13.063	–	(1.075)	11.988
	497.750	(262.474)	292.986	528.262

(B) VALOR PRESENTE DE OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO – ARRENDADOR

O valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de operações de arrendamentos mercantil financeiro de veículos está demonstrado abaixo, por faixa de vencimento:

	Em 31 de dezembro de 2011			Em 31 de dezembro de 2010		
	Pagamentos mínimos futuros	Rendas a apropriar	Valor presente	Pagamentos mínimos futuros	Rendas a apropriar	Valor presente
Até 1 ano	784.242	(216.006)	568.236	1.056.771	(294.636)	762.135
De 1 a 5 anos	546.668	(150.570)	396.098	909.975	(253.708)	656.267
Acima de 5 anos	24	(6)	18	21	(6)	15
	1.330.934	(366.582)	964.352	1.966.767	(548.350)	1.418.417

10 OUTROS ATIVOS

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Devedores por depósitos em garantia	200.970	143.769
Devedores diversos país – principalmente valores em trânsito	163.683	176.201
Despesas antecipadas	188.829	132.910
Impostos e contribuições a compensar	1.164	1.371
Outros	11.993	11.267
	566.639	465.518

11 ATIVO IMOBILIZADO

	Veículos	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2010				
Custo	9.599	5.593	6.659	21.851
Depreciação acumulada	(1.248)	(4.446)	(4.189)	(9.883)
Valor contábil líquido	8.351	1.147	2.470	11.968
Aquisições	9.239	1.286	4.146	14.671
Alienações	(6.728)	(113)	(106)	(6.947)
Baixa de depreciação	1.853	111	45	2.009
Depreciação do período	(2.481)	(352)	(1.605)	(4.438)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2010	1.883	932	2.480	5.295
Custo	12.110	6.766	10.699	29.575
Depreciação acumulada	(1.876)	(4.688)	(5.749)	(12.313)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2010	10.234	2.078	4.950	17.262
Aquisições	14.021	1.071	6.884	21.976
Alienações	(7.424)	(278)	(872)	(8.574)
Baixa de depreciação	1.731	167	431	2.329
Depreciação do período	(3.143)	(470)	(3.987)	(7.600)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2011	5.185	490	2.456	8.131
Custo	18.707	7.559	16.711	42.977
Depreciação acumulada	(3.288)	(4.991)	(9.305)	(17.584)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2011	15.419	2.568	7.406	25.393

12 ATIVOS INTANGÍVEIS

	Direito de uso de softwares
Em 1º de janeiro de 2010	
Custo	17.426
Amortização e "provisão para redução ao valor recuperável" acumulados	(11.841)
Valor contábil, líquido	5.585
Aquisições	5.992
Baixas	(1.088)
Baixa de amortização	930
Amortização	(2.837)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2010	2.997
Custo	22.330
Amortização e "provisão para redução ao valor recuperável" acumulados	(13.748)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2010	8.582
Aquisições	2.288
Baixas	(1.758)
Baixa de amortização	1.500
Amortização	(3.939)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2011	(1.909)
Custo	22.860
Amortização e "provisão para redução ao valor recuperável" acumulados	(16.187)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2011	6.673

13 DEPÓSITOS

A carteira de depósitos está custodiada na Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip) e é composta como segue:

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Depósitos interfinanceiros	3.661.441	3.421.863
Depósitos a prazo	2.640.801	2.590.742
	6.302.242	6.012.605

14 OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

(A) OBRIGAÇÕES POR REPASSES – FINAME

Referem-se às obrigações por recursos obtidos para repasses junto à Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), basicamente indexados à TJLP.

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Até 90 dias	814.331	609.777
De 91 a 365 dias	2.318.454	1.789.118
De 1 a 3 anos	4.085.078	3.230.446
Acima de 3 anos	1.295.508	1.231.447
	8.513.371	6.860.788

(B) CESSÃO DE CRÉDITO

Em 2009, o Grupo efetuou cessão de crédito, oriundo de suas operações de crédito, com coobrigação. Desta forma o ativo cedido foi registrado em rubrica específica de operações de crédito por se tratar de cessão com retenção substancial dos riscos e benefícios. Em 2011, a posição de obrigações por operações de transferência de ativos financeiros é de R\$ 342.481 (2010 – R\$ 683.371).

(C) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO NO EXTERIOR

O Grupo realizou operações de captação por meio de empréstimos de valor equivalente a EUR 728.000 (2010 – EUR 428.000) com o grupo Volkswagen no exterior, sendo que o valor contábil em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 1.797.176 (2010 – R\$ 964.757), conforme apresentado abaixo:

Vencimento	Remuneração	2011	2010
2011	2,2%	-	55.584
2012	2,3% a 3,5%	767.401	674.604
2013	2,7% a 3,5%	1.029.775	234.569
		1.797.176	964.757

15 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	364.969	306.519
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	(141.119)	(123.352)
Efeitos do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre:		
Adições e exclusões permanentes	(19.948)	26.476
Incentivo fiscal	4.137	1.973
Ajuste de provisão do exercício anterior	2.958	–
Outras	197	956
Total Imposto de Renda e Contribuição Social	(153.775)	(93.947)

16 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os valores de compensação são os seguintes:

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Ativo		
Provisão para redução ao valor recuperável	251.311	213.145
Provisão para passivos contingentes e obrigações tributárias	273.681	218.189
Prejuízo fiscal/base negativa CSLL	87.368	182.130
Créditos baixados como prejuízo	135.271	129.953
Outras	65.439	55.849
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social – diferidos	813.070	799.266
Passivo		
Superveniência de depreciação	609.537	673.614
Comissões diferidas	48.167	10.221
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social – diferidos	657.704	683.835

Movimentação e composição de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos nos períodos apresentados é a seguinte:

	31 de dezembro de 2010	Constituição/reversão	Realização	31 de dezembro de 2011
Ativo				
Provisão para redução ao valor recuperável	213.145	143.386	(105.220)	251.311
Provisão para passivos contingentes e obrigações tributárias	218.189	58.913	(3.421)	273.681
Prejuízo fiscal/base negativa CSLL	182.130	20.256	(115.018)	87.368
Créditos baixados como prejuízo	129.953	107.792	(102.474)	135.271
Outras	55.849	34.057	(24.467)	65.439
Imposto de Renda e Contribuição Social – diferidos	799.266	364.404	(350.600)	813.070
Passivo				
Superveniência de depreciação	673.614	–	(64.077)	609.537
Comissões diferidas	10.221	55.901	(17.955)	48.167
Imposto de Renda e Contribuição Social – diferidos	683.835	55.901	(82.032)	657.704

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda e de 15% para a Contribuição Social.

Os créditos tributários foram calculados e reconhecidos sobre diferenças temporárias, principalmente de provisões para redução ao valor recuperável de operações de crédito e arrendamento mercantil, provisões para contingências e prejuízos fiscais, considerando as expectativas de geração de lucros tributáveis, com base em estudos técnicos que consideram as projeções da administração quanto à sua realização, conforme discriminamos abaixo:

Período de realizações	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Imposto de renda e contribuição social	331.615	199.896	59.868	2.381	219.310	813.070

17 OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Contratos de financiamento a pagar	157.252	127.657
Saldo não reclamado de grupos de consórcio liquidados	60.373	57.590
Provisão para obrigações contratuais	48.633	44.084
Recebimentos em trânsito a processar	26.802	37.331
Salários, gratificações e encargos a pagar	29.892	26.187
Contas a pagar	113.832	80.396
	436.784	373.245

18 DÍVIDA SUBORDINADA

Valor da operação	Vencimento	Remuneração	Em 31 de dezembro	
			2011	2010
CDB subordinado				
156.000	Até 3 anos	120% a 125% DI	230.055	201.016
170.000	De 3 a 5 anos	119% DI	218.435	191.674
326.000			448.490	392.690
Letra financeira subordinada				
200.000	De 3 a 5 anos	112% DI	233.773	206.714
10.633	De 3 a 5 anos	11% a.a.	11.501	-
271.999	De 5 a 10 anos	10% a 11% a.a.	292.469	-
496.877	Acima de 10 anos	9,2% a 9,9% a.a.	525.257	-
979.509			1.063.000	206.714
1.305.509			1.511.490	599.404

Foram emitidas notas de negociação sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, devidamente aprovadas pelo Banco Central do Brasil.

19 PROVISÕES PARA PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

	Trabalhistas		Cíveis		Obrigações tributárias	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Em 1º de janeiro	38.982	14.756	76.257	35.641	502.049	431.336
Constituição (reversão)	10.070	25.071	23.375	51.872	77.411	44.907
Baixa por pagamento	(7.859)	(871)	(34.639)	(11.390)	(16.339)	49
Atualização monetária	-	26	-	134	30.008	25.757
Em 31 de dezembro	41.193	38.982	64.993	76.257	593.129	502.049

A natureza das obrigações tributárias e dos passivos contingentes pode ser sumariada como segue:

Obrigações trabalhistas – trata-se de reclamações trabalhistas que envolvem pedidos como vínculo empregatício, equiparação salarial, horas extras, salário-utilidade e adicional de transferência, provisionados considerando a expectativa de êxito e o histórico de perdas do Grupo.

Reclamações cíveis – as principais ações estão relacionadas às reclamações de clientes, órgãos e entidades diversas de defesa do consumidor buscando rever cláusulas contratuais sob a alegação de abusividade, provisionadas considerando a expectativa de êxito e o histórico de perdas do Grupo.

Obrigações tributárias – referem-se, principalmente, à discussão quanto à adequada interpretação da Lei nº 9.718/98, relativa à inclusão na base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e de outras receitas além daquelas alcançadas pelo conceito de faturamento, e quanto à discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL paga pelas instituições financeiras de 9% para 15%.

PASSIVOS CONTINGENTES, CLASSIFICADOS COMO PERDAS POSSÍVEIS NÃO PROVISIONADOS

A instituição tem ações de naturezas tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Tributárias		
IRPJ (i)	56.675	55.144
CPMF (ii)	42.002	39.714
INSS (iii)	19.408	18.332
Outros	668	–
	118.753	113.190
Cíveis		
Ação revisional	19.993	22.633
	19.993	22.633
Trabalhistas		
Reclamações trabalhistas	28.988	–
	28.988	–

(i) Cobrança de IRPJ dos períodos-base de 1991 e 1992, cuja discussão decorre dos efeitos da Lei nº 8.200/91.

(ii) Discussão acerca da aplicação da alíquota zero da CPMF incidente sobre captação de recursos para operações de arrendamento mercantil.

(iii) Discussão acerca da definição do responsável tributário pelo recolhimento do INSS incidente sobre o pagamento de bonificações pagas em razão da intermediação de contratos de financiamento.

De acordo com a característica desses casos, não há provisão para desembolso de caixa.

ATIVOS CONTINGENTES NÃO REGISTRADOS CONTABILMENTE

O Grupo possui ativos contingentes não registrados contabilmente relacionados a discussões tributárias, cujo montante atualizado é de R\$ 71.615 (2010 – R\$ 64.824).

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito do Banco em 2011 está representado por 312.956.418 (2010 – 259.511.875) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2011, foi aprovado aumento de capital com a capitalização da reserva especial de lucros no montante de R\$ 400.000, com a emissão de 53.444.543 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, aprovado pelo Banco Central do Brasil em 4 de agosto de 2011.

Por deliberação dos acionistas, não foram propostos dividendos relativos ao exercício de 2011.

21 RECEITA E DESPESA DE JUROS

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Receita de juros e rendimentos similares		
Operações de crédito e arrendamento mercantil	2.458.148	1.943.383
Aplicações no mercado aberto	47.341	16.147
Aplicações em Certificado de Depósito Bancário	1.317	2.373
Outros	12.322	17.381
	2.519.128	1.979.284
Despesa de juros e encargos similares		
Captação no mercado	(404.691)	(479.884)
Empréstimos e repasses	(424.088)	(330.593)
Depósitos a prazo	(282.966)	(178.766)
Passivos mensurados a valor justo e derivativos utilizados para <i>hedge</i> (Nota 8)	(162.239)	(33.889)
Operações de venda de ativos financeiros	(64.571)	(103.543)
Dívida subordinada	(132.578)	(48.482)
Outros	(4.031)	(2.925)
	(1.475.164)	(1.178.082)

22 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Salários e encargos sociais	(84.612)	(73.670)
Despesas com serviços técnicos especializados	(67.531)	(51.028)
Despesas com registro de contratos	(31.485)	(24.477)
Participação dos empregados no lucro e bonificações	(19.993)	(14.045)
Despesas com propaganda e publicidade	(9.628)	(12.950)
Despesas com telecomunicações	(15.937)	(12.837)
Benefícios	(13.530)	(10.815)
Depreciação e amortização	(11.539)	(7.275)
Despesas com arrendamento mercantil operacional	(7.886)	(6.047)
Despesas com viagem	(7.043)	(5.194)
Despesas com promoções e relações públicas	(4.149)	(4.827)
Treinamento	(2.792)	(2.400)
Outras despesas administrativas	(22.266)	(20.125)
	(298.391)	(245.690)

23 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Recuperação de encargos e despesas	99.565	80.585
Atualização de impostos a compensar	10.429	14.501
Resultado na alienação de bens	12.779	13.782
Outras	8.500	7.021
	131.273	115.889

24 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Despesas com provisões operacionais (i)	(76.558)	(129.937)
Despesas tributárias	(44.319)	(52.253)
Despesas com busca e apreensão	(30.691)	(30.360)
Despesas com comissões	(55.227)	(23.606)
Descontos concedidos	(47.975)	(21.850)
Variação monetária passiva de impostos	(30.703)	(21.819)
Despesas com honorários advocatícios e custas judiciais e administrativas	(13.831)	(9.296)
Prêmios e bonificações com vendas	(7.450)	(6.112)
Outras	(15.840)	(45.023)
	(322.594)	(340.256)

(i) Refere-se, principalmente, a despesas com provisões de passivos contingentes e obrigações tributárias.

25 LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro líquido por ação básico atribuído aos acionistas do Banco para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Numerador		
Lucro líquido do exercício	193.607	210.349
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	295.141.570	259.511.875
Lucro líquido básico por ação (em reais)	0,66	0,81

26 COMPROMISSOS POR OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL – ARRENDATÁRIA

O Grupo aluga vários escritórios em condições não canceláveis como contratos de arrendamento mercantil operacional, cujo ativo é mantido nas demonstrações financeiras do locador, enquanto o Grupo informa os pagamentos mínimos futuros de locação como um gasto durante o prazo da locação. Os aluguéis têm vários prazos com direito de renovação. Não há aluguéis contingentes a pagar. As despesas com arrendamento mercantil operacional foram de R\$ 7.886 (2010 – R\$ 6.047) e foram classificadas como “despesas gerais e administrativas” (Nota 22).

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamento mercantil operacional estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
	Imóveis	Imóveis
Até 1 ano	10.780	10.586
De 1 a 5 anos	15.250	21.344
	26.030	31.930

27 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações entre as empresas incluídas na consolidação (Nota 2.2) foram eliminadas nas demonstrações consolidadas.

	Em 31 de dezembro			
	2011	2010	2011	2010
	ativo (passivo)		receitas (despesas)	
Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.				
Depósitos a prazo	(616.566)	(783.238)	(90.767)	(62.661)
CDB subordinado	(206.200)	(180.107)	(26.093)	(19.487)
Letras Financeiras Subordinadas	(1.063.000)	(206.714)	(76.777)	(6.714)
Outras obrigações	–	(25.000)	–	–
MAN Latin America Indústria e Comércio de Veículos Ltda.				
Depósitos a prazo	–	–	(7.459)	–
Volkswagen Financial Services NV – Amsterdã				
Obrigações por empréstimo no exterior	(1.797.176)	(964.757)	(150.049)	5.428

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O pessoal-chave da administração inclui os diretores e os membros do Comitê Executivo. A remuneração paga por serviços desses empregados em 2011 totalizou R\$ 7.732 (2010 – R\$ 9.414).

O pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades do Grupo. Todas as pessoas da Administração Executiva e da Diretoria representam o pessoal-chave nos seus negócios com o Grupo.

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Salários e encargos	5.147	7.161
Participação nos lucros	2.371	1.953
Planos de aposentadoria e pensão	214	300
	7.732	9.414

28 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

BENEFÍCIOS DE PLANO DE PENSÃO

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado		
Benefícios de planos de pensão	(645)	(165)
	(645)	(165)

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Valor presente das obrigações financiadas	(45.854)	(39.890)
Valor justo dos ativos do plano	47.825	42.544
Valor presente das obrigações não financiadas	1.971	2.654

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Banco Volkswagen S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Volkswagen S.A. e suas controladas (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO COM RESSALVA

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

São Paulo, 28 de março de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

CRÉDITOS

REALIZAÇÃO

Quintal 22 Comunicação Integrada – conteúdo
D’Lippi Design – projeto editorial

IMAGENS

Acervo Volkswagen Serviços Financeiros
Ricardo Teles

TRADUÇÃO

João Morris

IMPRESSÃO

D’Lippi Print

COORDENAÇÃO BANCO VOLKSWAGEN

Carlo Bovolenta Gianese
Marcelo Allendes



